

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES VISUAIS
MESTRADO EM ARTES VISUAIS**

**O ENSINO DE ARTE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS EM ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO MÉDIO DE JOÃO
PESSOA-PB – 2007-2012**

Hamilton Freire Coelho

Hamilton Freire Coelho

**O ENSINO DE ARTE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS EM ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO MÉDIO DE JOÃO
PESSOA-PB – 2007-2012**

**Dissertação apresentada ao Programa
Associado de Pós-Graduação em Artes
Visuais da Universidade Federal da Paraíba
e Universidade Federal de Pernambuco,
como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Artes Visuais.**

**Linha de pesquisa: Ensino das Artes Visuais
no Brasil.**

**Orientadora:
Professora Dra. Livia Marques Carvalho**

João Pessoa, PB – 2013

C672e Coelho, Hamilton Freire.

O ensino de arte na educação de jovens e adultos em escolas públicas de ensino médio de João Pessoa-PB - 2007-2012 / Hamilton Freire Coelho.-- João Pessoa, 2013. 103f.

Orientadora: Lívia Marques Carvalho

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCTA

1. Artes visuais - ensino. 2. Ensino de arte - ensino médio - escolas públicas. 3. Educação de Jovens e Adultos - ensino de arte.

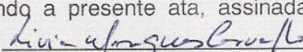
UFPB/BC

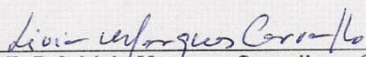
CDU: 7.01(043)

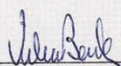
ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

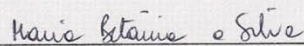
Aos trinta e um de maio de dois mil e treze, às dez horas, foi realizada, na sala do 214 na Universidade Federal da Paraíba, a defesa pública da dissertação de mestrado do discente **Hamilton Freire Coelho**, matrícula 111100631, intitulada: **O ENSINO DE ARTES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO MÉDIO DE JOÃO PESSOA-PB – 2007/2012.** Estiveram reunidos, em caráter ordinário, a banca examinadora da comissão composta pelos professores doutores: **Drª. Livia Marques Carvalho** - orientadora (UFPB), **Dra. Vilma de Lurdes Barbosa** - Membro Titular Externo (UFPB) e **Drª. Maria Betania e Silva** – Membro Titular Interno (UFPE). Após a defesa e arguições, a banca examinadora emitiu o seguinte parecer:

- ☒ Aprovada
☐ Indeterminado
☐ Reprovada.

Em seguida a reunião foi encerrada, devendo a Universidade Federal da Paraíba, de acordo com a Lei, expedir o respectivo diploma de **Mestre em Artes Visuais**. Sendo a presente ata, assinada por mim, Professora **Livia Marques Carvalho** , Coordenadora do Programa Associado de Pós-graduação em Artes Visuais (UFPB), e demais membros da Banca Examinadora:


Profª. Drª. **Livia Marques Carvalho**. - Orientadora (UFPB)


Profª. **Dra. Vilma de Lurdes Barbosa** – Membro Titular Externo (UFPB)


Profª. **Drª. Maria Betania e Silva** – Membro Titular Interno (UFPE)

No dia em que minha mãe me deu a luz um grande silêncio colocou-me nos braços da existência, entre lamentos, lágrimas e conflitos. Quarenta e quatro anos afirmam minha existência por meio de meditações, lembranças de ontem e de hoje, que inflamam meu espírito, revelando-me o tempo passado que depois é ocultado da mente como o vento varre nuvens no horizonte. Durante todo esse tempo, tenho amado intensamente o poder de amar. Amo a morte, pois sua experiência é eterna, amo a liberdade, pois nasceu da escravidão passada presente, amo a humildade, pois é sinônimo de aprendizado e inteligência. Só não aprendi a amar, indivíduos que amam a ignorância de outros seres humanos.

Hamilton Freire Coelho

AGRADECIMENTOS:

Primeiramente agradeço a Deus, por conceber e me guiar nesse sonho de mestrado com saúde, estímulo, perseverança e garra.

Agradeço por toda dedicação e garra da minha mãe, Maria Zilda Freire Coelho e meu falecido pai Hamilton Coelho de Araújo, que juntos, enfrentaram os desafios de uma vida difícil no interior do estado da Paraíba, criando e formando cinco filhos entre os quais eu sou o último. Agradeço também a meu irmão mais velho Kleymer Júlio, por todo apoio no percurso do mestrado.

Um agradecimento especial a minha orientadora, a Professora Dra. Livia Marques Carvalho, por ter acreditado em minha capacidade de desenvolver e concluir esse trabalho. Da mesma forma sou grato por todo aprendizado adquirido no decorrer desses dois anos de convivência.

Sou imensamente grato aos Professores Doutores do mestrado, que juntos, em sincronia, cada um transmitindo seu saber, em suas devidas áreas disciplinares, deixaram uma enorme contribuição na formação e na vida de cada aluno que passa pelo mestrado de Ensino das Artes Visuais da UFPB/UFPE. Dessa forma, destaco as Professoras Doutoras Livia Marques, Maria Betânia e Renata Wilner, além dos Professores Doutores Sebastião Pedrosa, Erinaldo Alves e Vicente Vitoriano.

Agradeço a magnífica colaboração das Professoras Doutoras Maria Betânia e Silva e Vilma Lurdes Barbosa, por aceitar e qualificar meu trabalho deixando uma forte e considerável contribuição.

Sou grato pelos bons momentos vividos, e todo aprendizado adquirido como aluno especial na primeira turma do mestrado. Em especial, Terezinha Vilela, Ana Cláudia Assunção, Adriana Aquino, Flávia Pedrosa e Idália Lins.

Da mesma forma, sou grato pelo aprendizado, bem como os bons momentos vividos, com minha turma regular do mestrado. Em especial, Carla Marinho, Líbna Naftali,

Diego Brandão, Clícia Coelho, Rebeca Oliveira, Martha Pollyana, Sílvia Teles, Ana Lúcia, Helena Dieb, Sídney Azevedo e João Lobo.

Agradeço por todo auxílio e disposição das coordenadoras das duas escolas onde a pesquisa foi desenvolvida, bem como a colaboração dos dois professores de arte.

Também sou grato por toda convivência e aprendizado, adquirido como pesquisador participante do grupo GPEAV/DAV-UFPB.

Agradeço também, ao professor Erinaldo Alves e alunos graduandos pelos bons momentos, oportunidades e experiências obtidas como professor auxiliar na UFPB, nas disciplinas estágio supervisionado I e II, ocorrida durante o ano de 2011, cumprindo exigências da bolsa de estudo do REUNI obtida por meio do mestrado.

Da mesma forma, agradeço a Rosângela Xavier, por todo auxílio na resolução dos problemas burocráticos, ocorrido durante o percurso do mestrado.

Sou muito grato também, por todo aprendizado e companhia de autores como Paulo Freire, Leôncio Soares, Ana Mae Barbosa, Ivone Richter, Lívia Marques, Duarte Júnior, Carlos Gil, Fernando Hernández, Henry Giroux, entre outros, no percurso solitário de um mestrando.

Por fim, agradeço a Omar Brito que me auxiliou nas correções desse trabalho, além de me incentivar em momentos difíceis no decorrer desses dois anos de mestrado.

RESUMO:

O presente trabalho analisou o ensino de Arte no Ensino Médio, em escolas públicas de Educação de Jovens e Adultos – EJA na cidade de João Pessoa – PB. Trata-se de um estudo de caso de natureza qualitativa exploratória, no qual foi tomado como base a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio de Educação de Jovens e Adultos Professor Geraldo Lafayette Bezerra e o Núcleo de Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio, da Universidade Federal da Paraíba – NEJAEM/UFPB. O perfil dos professores e alunos, as abordagens metodológicas, bem como as condições e recursos nas escolas selecionadas também foram investigados. Os dados foram colhidos por meio de pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas, questionários e observação do cotidiano das escolas. Os resultados mostraram que nessas escolas é permitido ensinar a disciplina Arte sem formação específica e que ainda persiste a prática da polivalência. Os jovens e adultos que por algum motivo não frequentaram a escola em suas idades apropriadas têm entre dezessete (17) e sessenta (60) anos e encontram-se inseridos no mercado de trabalho, ocupando cargo de baixa remuneração por causa do nível de escolaridade. As abordagens metodológicas utilizadas no ensino/aprendizagem de Arte, em tais escolas estão em desacordo com a Lei 9.394 de 1996 e com as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte. A falta de sala de aula adequada, livro didático e metodologia apropriada para o ensino de Arte, além da carga horária restrita, são fatores que contribuem para evasão elevada dos alunos.

PALAVRAS CHAVES:

Ensino de Arte. Educação de Jovens e Adultos. Ensino Médio.

RESUMEN:

El presente trabajo analisou la enseñanza de Arte en el Enseñanza Média, en escuelas públicas de Educación de Joven y Adultos – EJA en la ciudad de João Pessoa – PB. Tratase de un estudio de caso de naturaleza cualitativa exploratoria, en el cuál fue tomado como base la Escuela Estatal de Enseñanza Fundamental y Media de Educación de Jovenes y Adultos Profesor Geraldo Lafayette Bezerra y el Núcleo de Educación de jovenes y adultos en el Enseñanza média, de la Universidad Federal de la Paraíba – NEJAEM/UFPB. Lo perfil de los profesores y alumnos, las abordagens metodológicas, bien como las condiciones y recursos en las escuelas seleccionadas tambien foran investigados. Los dados foran recogidos por medios de investigación bibliográfica y documental, entrevista, cuestionario y observación del cotidiano de las escuelas. Los resultados muestraran que en essas escuelas e permiso enseñar la disciplina Arte sin formación específica y que aún persiste la práctica de la polivalencia. Los jovenes y adultos que por algun motivo no frecuentaran la escuela en su edad apropiada tienen entre diecisiete (17) y sesenta (60) años y encontrarse inseridos en el mercado de trabajo, ocupando cargo de baja remuneración por causa del nível de escolaridad. Las abordagens metodológicas utilizadas en el enseñanza/aprendizaje de Arte, en las escuelas estan en desacuerdo con la Lei 9.394 de 1996 y con las orientaciones de los Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte. La falta de sala de clase adecuada, libro didáctico y metodologia apropiada para la enseñanza de Arte, alá de la carga horária restricta, son factores que contribuen para evasión elevada de los alumnos.

PALABRAS LLAVES:

Enseñanza de Arte. Educación de Jovenes y Adultos. Enseñanza Média.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS:

ANPAP – Associação de Pesquisadores em Artes Plásticas.
CES – Centros de Estudos Supletivos.
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CNE – Conselho Nacional de Educação.
CEB – Conselho da Educação Básica.
CE – Centro de Educação.
CT – Centro de Tecnologia.
CF – Constituição da República Federativa do Brasil.
CEAA – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos.
CNEA – Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo.
CONFINTEA – Conferência Internacional sobre Educação de Adultos.
COEJA – Coordenação da Educação de Jovens e Adultos.
COCCE – Conselho de Centro do Centro de Educação.
DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais.
DCNEM – Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio.
DCEEB – Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica.
DCEEJA – Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação de Jovens e Adultos.
EJA – Educação de Jovens e Adultos.
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio.
ENEJA – Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos.
FEJA – Fórum de Educação de Jovens e Adultos.
FAEB – Federação dos Arte-Educadores do Brasil.
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.
GEEJA – Gerência Executiva de Educação de Jovens e Adultos.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IFPB – Instituto Federal da Paraíba.
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
MAC – Museu de Arte Contemporânea.
MEC – Ministério da Educação e Cultura.
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização.
MST – Movimento dos Sem Terra.
NEJAEM – Núcleo de Educação de Jovens e Adultos de Ensino Médio.
ONGs – Organizações Não Governamentais.
ONU – Organização das Nações Unidas.
PPP – Projeto Político Pedagógico.
PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudante.
PNLD – EJA – Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos.
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais.
PB – Paraíba.
PNA – Projeto Nacional de Alfabetização.
PNE – Plano Nacional de Educação.
SME/SP – Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
SEEP – Secretaria de Educação do Estado da Paraíba.

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso.

UFSCAR – Universidade Federal de Santa Catarina.

USP – Universidade de São Paulo.

USAID – United States Agency for International Development.

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco.

UFPB – Universidade Federal da Paraíba.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	01
CAPÍTULO I: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA: ASPECTOS HISTÓRICOS	07
1.1. A História da Educação de Jovens e Adultos – EJA no Brasil	07
1.2. O Surgimento do Fórum de EJA no Estado da Paraíba	13
1.3. Uma avaliação na educação brasileira após a LDB de 1996	16
1.4. Estudo sobre a EJA no Ensino Médio no Brasil	22
CAPÍTULO II: CAMPO DE PESQUISA – EJA NO ENSINO MÉDIO: UMA MODALIDADE DIFERENCIADA	27
2.1. Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio de Educação de Jovens e Adultos Professor Geraldo Lafayette Bezerra	27
2.2. Núcleo de Educação de Jovens e Adultos de Ensino Médio da Universidade Federal da Paraíba – NEJAEM/UFPB	31
CAPÍTULO III: O ENSINO ATUAL DE ARTE NA EJA	34
3.1. Relembrando o ensino das Artes Visuais de 1980 à atualidade	34
3.2. Arte na Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio na atualidade	43
CAPÍTULO IV: O CAMPO DE PESQUISA E SEU ARRREIMATE	50
4.1. Perfil e vozes dos professores das escolas de EJA no Ensino Médio selecionadas	51
4.2. Perfil e vozes de alunos participantes de escolas de EJA selecionadas no Ensino Médio em João Pessoa – PB	55
4.3. Abordagens metodológicas utilizadas no ensino/aprendizagem de Arte em escolas de EJA selecionadas	62
4.4. Condições e recursos para o ensino de Arte nas escolas da EJA selecionadas	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	75
APÊNDICES	79
ANEXOS	86

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 1988 foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil (CF), também chamada de “*Constituição Cidadã*” devido à grande quantidade de leis voltadas para área social. No que diz respeito ao Direito à Educação, a CF representa um avanço qualitativo em relação à legislação anterior de 1967, pois, com uma escrita detalhada, eleva a educação à categoria de direitos fundamentais do homem e introduz, ainda, instrumentos legais para a sua garantia.

O artigo 205 da Constituição estabelece os conceitos básicos sobre educação, colocando-a como objetivo constitucional a ser alcançado:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Dessa forma, a Educação de Jovens e Adultos – EJA ganha reconhecimento na educação nacional. Entretanto, passados mais de vinte (20) anos, o acesso, a permanência e os bons resultados na escola até agora, não se concretizaram completamente.

Essa afirmação pode ser confirmada pelo resultado da coleta de dados do ano de 2011 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), ligado ao Ministério da Educação (MEC).

Os resultados evidenciam que nas últimas décadas, houve, de fato, um crescimento significativo quanto ao acesso à escola, embora nesse mesmo ano tenha havido uma queda de 5,0% nas matrículas da EJA no Ensino Médio. De um total de um milhão, trezentos e oitenta e oito mil, oitocentos e cinqüenta e dois (1.388.852) alunos matriculados na EJA com dezoito (18) anos ou mais, cerca de 50% não concluem este nível de ensino. Vale ressaltar que esse crescimento ao acesso à escola ocorreu devido à demanda, como exigência de formação mínima para o mercado de trabalho e o aumento da população.

Segundo o relatório de 2012 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, o Brasil possui 13 milhões (8,6%) de indivíduos analfabetos. Esses números mostram que uma expressiva parcela da população continua excluída do sistema educacional regular.

Em comparação com outros países, o desempenho do Brasil na área de educação é preocupante. Uma pesquisa realizada pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudante (PISA) e divulgada em novembro de 2012, em que os fatores qualitativos da educação mundial, tais como, as habilidades cognitivas e as realizações educacionais foram avaliadas, o Brasil aparece em penúltimo lugar no ranking de 40 países avaliados.

Os dados revelados pelo INEP, PNAD, e pelo PISA evidenciam que a situação da educação brasileira necessita avançar muito mais, tanto em níveis quantitativos, quanto qualitativos, visto que, os atrasos históricos existentes na esfera da educação até o momento não foram completamente eliminados.

Contudo, merece destaque o crescente número de iniciativas governamentais em prol da melhoria da educação. Uma das mais importantes foi a criação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDBEN, sancionada em 20 de dezembro de 1996 que apresenta resultados importantes para os cidadãos.

Essa lei assume um caráter progressista no sentido de universalizar o acesso à educação e diminuir as desigualdades, ao indicar que o formato da educação apropriado, seja aquele no qual os serviços educacionais estejam acessíveis a todos os indivíduos, em qualquer idade e de acordo com as suas necessidades sociais, econômicas e culturais.

Com relação ao ensino de Arte, segundo seu artigo 26, e parágrafo 2º, a Arte torna-se componente curricular obrigatório nos diversos níveis da Educação Básica, visando o desenvolvimento cultural dos alunos.

Em 2000 o Ministério da Educação, em um trabalho conjunto com educadores de todo o país lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN para o Ensino Médio. Os PCNs reforçam a LDBEN de 1996 e estabelece diretrizes para o ensino de Arte. Na proposta geral dos PCNs, Arte tem uma função tão importante quanto às demais disciplinas da área do conhecimento no processo de ensino e aprendizagem.

Do conhecimento adquirido por meio de minha vida pessoal, creio que uma das áreas mais problemáticas da educação seja a de jovens e adultos. Observando cotidianamente pessoas comuns, especialmente jovens e adultos em locais como parada de transporte público, por exemplo, me chamou atenção às dificuldades relacionadas à orientação e locomoção enfrentadas por esses indivíduos, pelo fato de não saberem ler.

Em conversa com estas pessoas foi possível perceber que elas utilizam elementos visuais, como a cor, para diferenciar os coletivos. Ainda assim, quando o ônibus se aproxima deles, inseguros, sentem necessidade de confirmar e perguntam para os que estão próximos, que também esperam o ônibus: “que ônibus é esse?” “É Mandacaru?” “É Penha?” “Quando for Cabo Branco, o senhor me diz?” O que me faz pensar que confiar apenas nos componentes visuais não é suficiente para uma orientação segura, e que, o fato de não saberem ler causa transtornos como dificuldade em orientar-se, vergonha e baixa auto-estima.

Graduei-me em 1997 em Educação Artística, em 2009 fiz Especialização em Cultura e Criação e, desde então, venho atuando profissionalmente como designer gráfico. Devido a minha formação e atuação profissional, encontrar sistematicamente pessoas sem saber ler orientando-se apenas por sinais visuais, me provoca um sentimento de desconforto e despertou o interesse em investigar sobre o ensino de Arte, particularmente na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, na cidade de João Pessoa – PB. Apesar de até o momento não ter experiência no magistério, o propósito de trabalhar com o ensino de Arte, particularmente com o público da EJA, jamais deixou de existir.

Acredito no potencial da atividade artística como conhecimento a ser construído. A Arte tem características únicas, por ser a representação concreta de sentimentos e ideias em formas expressivas, transmitem significados que podem ser comunicados pela expressão artística. A experiência artística cria condições para que os indivíduos possam desenvolver a imaginação e a reflexão, favorecendo o desenvolvimento da capacidade de analisar criticamente uma determinada realidade. Considero que o ensino de Arte seja importante para o desenvolvimento integral dos indivíduos, porque envolve o ser humano em todas as dimensões como o sentir, o pensar, a razão e a emoção.

Levando em consideração a problemática do ensino para os indivíduos que não tiveram acesso, em idade apropriada e a minha formação profissional, me senti motivado a examinar esse assunto, particularizando o ensino de Arte na modalidade de EJA.

Uma pesquisa preliminar realizada em *sites* da *internet* fez-me observar que os trabalhos acadêmicos que discutem o ensino de Arte na EJA são escassos.

Dessa forma, busquei analisar as dissertações e teses contidas na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES entre os anos de 2007 a

2010, pois a mesma não disponibiliza o ano de 2011. Do total de 3.495 dissertações de mestrado em Arte, encontrei apenas quatro (4) relacionadas ao tema; da mesma forma, de 996 teses de doutorado analisadas, encontrei apenas uma (1) publicação que relacione Arte e a EJA.

Após essa investigação, e analisados os trabalhos, conclui que há uma preocupação em busca da metodologia adequada a EJA, pois todos os trabalhos encontrados estão relacionados ao assunto.

Assim sendo, acredito que seja importante investigar sobre o ensino de Arte na EJA, mais especificamente, no Ensino Médio. O presente trabalho tem como objetivo geral analisar o ensino da Arte no Ensino Médio, em escolas públicas de EJA na cidade de João Pessoa - PB, e como objetivos específicos, traçar o perfil de professores e alunos participantes de escolas públicas de EJA no Ensino Médio em João Pessoa – PB; verificar as abordagens metodológicas utilizadas no ensino/aprendizagem de Arte nessas escolas e, investigar as condições e recursos para o ensino de Arte nas escolas de EJA selecionadas.

A pesquisa realizada é um estudo de caso de natureza qualitativa exploratória. Tendo em vista relações de interdependência entre os dados a serem coletados, foram utilizados instrumentos de pesquisa diferentes, mas complementares, tais como pesquisa bibliográfica e documental, questionários, entrevistas, e registros fotográficos.

Além desses instrumentos, o estudo realizou-se também por meio da observação direta nas escolas selecionadas. Esta observação foi feita tanto nas estruturas físicas das escolas, quanto nas atividades dos grupos participantes.

Inicialmente procurei conhecer o universo a ser investigado. Um levantamento preliminar feito na Secretaria de Estado da Educação – Gerência Regional de Educação/PB¹ constatou-se que em João Pessoa há apenas quatro (4) escolas que atendem exclusivamente a jovens e adultos, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, duas (2) na modalidade presencial no Ensino Médio, e duas (2) semipresenciais².

¹ O Ensino Médio é competência do Estado, e na Paraíba é distribuído em 14 Gerências regionais de educação sendo a 1ª em João Pessoa.

² Na EJA, a modalidade educação presencial segue o mesmo modelo da educação regular, já a modalidade semipresencial, o aluno frequenta a escola para tirar dúvidas sobre determinado assunto, antes da prova de supletivo.

Dessa forma, trabalhei com as duas únicas escolas que atendiam aos critérios estabelecidos, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio de Educação de Jovens e Adultos Professor Geraldo Lafayette Bezerra, situada a Rua Oficial de Justiça F. Escolásticos, s/n – Cristo Redentor – CEP. 58.070.300 - João Pessoa – PB, e o Núcleo de Educação de Jovens e Adultos de Ensino Médio da Universidade Federal da Paraíba – NEJAEM/UFPB, localizado no Campus I da UFPB – Castelo Branco III – CEP. 58.051.900 - João Pessoa – PB.

A opção em privilegiar as escolas que prestam atendimento exclusivamente a jovens e adultos foi estipulado, partindo do pressuposto que estas seriam mais adaptadas à realidade desse público alvo.

A decisão de investigar as escolas de EJA no Ensino Médio presencial foi tomada julgando que seria mais apropriado aplicar questionários, entrevistar, observar as condições e recursos para o ensino de Arte nessas escolas, como foi proposto nos objetivos específicos.

Quanto às escolas que tivessem no mínimo dez anos de atuação, foi estabelecido considerando que esse período evidencia a constância da mesma, permitindo observar com mais exatidão o desempenho da instituição.

As características das escolas bem como as condições e recursos para o ensino de Arte foram conhecidos também por meio de questionários estruturados, dirigidos aos coordenadores de cada escola selecionada. Paralelamente analisamos documentos oficiais, registros administrativos, *sites*, *folders*, além de outras publicações.

Por meio de entrevista semi-estruturada aplicada aos professores de Arte, foram levantados os dados sobre a formação destes, as opções de abordagem metodológicas para o ensino/aprendizagem, bem como sobre as condições e recursos de que dispõem para o ensino de Arte.

Avaliamos o perfil dos alunos e a motivação para procurar estudo continuado por intermédio de questionários abertos e entrevistas individuais gravadas.

A pesquisa na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio de Educação de Jovens e Adultos Professor Geraldo Lafayette Bezerra, foi realizada no período de 30 de julho a 22 de setembro de 2012. Enquanto o Núcleo de Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio da Universidade Federal da Paraíba – NEJAEM/UFPB foi realizado no período de 26 de novembro de 2012 a 29 de janeiro de 2013. A divergência de data da pesquisa entre as duas escolas foi motivada pelo fato do

NEJAEM acompanhar o calendário da UFPB, e, esta instituição, assim como as demais instituições Federais de Ensino Superior entrou em greve entre maio a novembro de 2012.

No capítulo I faço uma revisão de aspectos históricos do Ensino de Jovens e Adultos no Brasil, de maneira a possibilitar a construção do referencial teórico sobre o tema na atualidade. No capítulo II apresento a EJA na cidade de João Pessoa recorrendo sobre a história das escolas e como se estruturam, pois são objeto de estudo deste trabalho. No capítulo III abordo as principais ideias que têm norteado o ensino de Artes Visuais da década de 1980 à atualidade, além de descrever a relação do ensino de Arte e a Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio nos dias atuais, de acordo com a LDBEN. No capítulo IV apresento os resultados obtidos no trabalho, com base nos objetivos traçados.

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA: ASPECTOS HISTÓRICOS

Nesse capítulo apresento de forma breve uma revisão de obras que tratam da Educação de Jovens e Adultos, principalmente no que se refere aos aspectos históricos. Nessa revisão será enfatizada a EJA a partir da criação da LDB de 1996. Abordo também, o surgimento dos Fóruns de EJA e sua consolidação nacional, observando como se encontra a EJA na atualidade.

1.1 - A História da Educação de Jovens e Adultos – EJA no Brasil

A história da Educação de Jovens e Adultos – EJA no Brasil distingue-se pelo conjunto de mudanças observadas ao longo do tempo, tornando evidente a estreita ligação com as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, pelas quais o país tem atravessado em diferentes momentos.

A educação de adultos definida como dever do Estado foi estabelecida pela primeira vez com a promulgação da Constituição de 1934, por meio da criação de um Plano Nacional de Educação – PNE, que de acordo com LOPES; SOUZA (2011, p. 03) inclui em suas normas a oferta de ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva para adultos.

A Constituição de 1934 determinou a obrigatoriedade no cumprimento completo do ensino primário e deu competência à União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. A mesma fez voltar o preceito de que “*a educação é direito de todos*”, inspirada nos princípios proclamados no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova da década de 1930 (PILLETTI, 1996).

Em 1942, o Ministro da Educação Gustavo Capanema, inicia diversas reformas no ensino. As chamadas “*Leis Orgânicas do Ensino*”. Um conjunto de leis e decretos que, entre outras medidas criam o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI valorizando assim o ensino profissionalizante.

Durante este período, o ensino era composto por cinco anos de curso primário, quatro de curso ginasial e três de colegial. Este último podendo ser na

modalidade clássico ou científico. O ensino colegial perdeu o caráter preparatório para o ensino superior, e passou a enfatizar a formação como todo.

Com o final da ditadura de Getúlio Vargas em 1945, iniciou-se um movimento de fortalecimento dos princípios democráticos no país. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que também foi criada nesse mesmo ano, com a finalidade de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, a ciência, a cultura e as comunicações, recomendou aos países integrantes, entre eles, o Brasil, por em prática projetos para educar os adultos analfabetos. Dessa forma, o Ministério da Educação e Cultura – MEC promoveu em 1947, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA).

Em 1950, foi realizada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), que marcou uma nova etapa nas discussões sobre a educação de adultos. Seus organizadores compreendiam que a simples ação alfabetizadora era insuficiente, devendo dar prioridade à educação de crianças e jovens, qual a educação ainda poderia significar alterações em suas condições de vida.

Todavia, em 1953 a educação passou a ser administrada por um Ministério próprio: o MEC. Assim, em 1958 foi realizado o segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos (CNEA), objetivando avaliar as ações realizadas na área, além de propor soluções adequadas para a questão (VIEIRA, 2004).

Nesse congresso se discutiu também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a delegação em destaque foi a de Pernambuco, da qual Paulo Freire fazia parte propondo uma educação baseada no diálogo, que considerasse as características socioculturais das classes populares, estimulando a participação consciente destes na realidade social.

Na década de 1960, ainda sob a ditadura militar, teve início ações do Movimento Brasileiro de Alfabetização – O MOBRAL, que era um projeto para acabar com o analfabetismo em dez anos.

De acordo com (VIEIRA, 2004), após esse período, quando já deveria ter sido cumprida essa meta, o Censo divulgado pelo IBGE registrou 25,5% de pessoas analfabetas na população de 15 anos ou mais no Brasil. Assim, fica clara a ineficácia desse movimento.

Dessa forma, o projeto passou por diversas alterações em seus objetivos, ampliando sua área de atuação para campos como a educação comunitária e a educação de crianças.

Em 1961 teve início uma campanha de alfabetização, cuja didática, criada pelo pernambucano Paulo Freire, propunha alfabetizar adultos em quarenta horas aulas. Segundo (VIEIRA, 2004), neste mesmo ano, foi aprovada em dezembro a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), além da criação do Plano Nacional de Educação - PNE e o Programa Nacional de Alfabetização - PNA, pelo MEC, inspirado no Método Paulo Freire; embora sendo extintas as campanhas nacionais de educação de adultos em 1963.

O ensino supletivo, implantado em 1974, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 5.692/1971, foi um marco importante na história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, pois essa Lei ampliou o dever do Estado em garantir a educação à faixa etária dos sete (7) aos catorze (14) anos, ainda a educação de adultos como direito da cidadania. Antes dessa Lei, o dever do Estado na legislação se restringia à educação primária, ou seja, apenas quatro (4) anos.

Assim, foram criados Centros de Estudos Supletivos - CES em todo país, com a proposta de ser um modelo de educação do futuro, atendendo às necessidades de uma sociedade em processo de modernização.

Para isso, inúmeros acordos foram feitos entre o MEC e United States Agency for International Development (USAID), visando recursos para desenvolver estes cursos. Todavia, esses acordos sofreram fortes influências tecnicistas, adotando-se módulos instrucionais, atendimento individualizado, autoinstrução; além desse modelo de ensino ser dividido em duas etapas - modular e semestral. Como conseqüências, um grande número de evasão, uma conclusão de curso com certificação rápida e superficial (SOARES, 1996).

O objetivo desses CES era escolarizar um grande número de pessoas, mediante um baixo custo operacional, satisfazendo as necessidades de um mercado de trabalho competitivo, com exigência de escolarização cada vez maior.

De acordo com SOARES (1996), a metodologia adotada gerou problemas como o fato de que os cursos não exigiam freqüência, o que fez com que os índices de evasão fossem elevados, e a busca por uma formação rápida visando ingressar no mercado de trabalho, restringia o aluno a obter um aprendizado eficaz e consistente.

Portanto, a ineficiência para os segmentos sociais que necessitavam de escolarização supletiva, observadas nos CES durante o período de 1970 se deu devido à falta de apoio de políticas públicas adequadas, ao não compromisso com uma educação de qualidade e aos recursos financeiros insuficientes, já que objetivava escolarizar o maior número de pessoas, com o menor custo possível. Da mesma forma, não havia uma metodologia adequada para esse modelo de educação. A decepção não foi total, pois alguns grupos trabalharam a metodologia crítica de Paulo Freire paralelamente a esses cursos, de forma eficiente.

No início dos anos de 1980 a sociedade brasileira viveu importantes transformações sócio-políticas, com o fim dos governos militares e a retomada do processo de democratização (campanha nacional a favor das eleições diretas).

Em 1985, o MOBRAL foi extinto, sendo substituído pela Fundação EDUCAR. O contexto da redemocratização possibilitou a ampliação das atividades da EJA. Estudantes, educadores e políticos organizaram-se em defesa da escola pública e gratuita para todos.

A Constituição Federal de 1988 trouxe importantes avanços para EJA, pois o Ensino Fundamental se torna obrigatório e gratuito, passando a ser garantia constitucional para aqueles que não tiveram acesso a mesma na idade apropriada.

A partir da sua promulgação é que posteriormente se implantou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/1996, reconhecendo a EJA como modalidade de ensino. O artigo 4º, inciso VII, estabeleceu a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao Ensino Médio, ampliando a ideia ofertada pela constituição vigente, que restringia o Ensino Fundamental.

Em 1990 a EJA havia perdido espaço nas ações governamentais. Com o início do governo do presidente Fernando Collor de Melo (março de 1990 a setembro de 1992), a fundação EDUCAR foi extinta e a União foi se afastando das atividades da EJA, transferindo a responsabilidade para os Estados e Municípios.

Em 20 de dezembro de 1996, é aprovada a Lei número 9.394/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e reservou a Seção V, artigos 37 e 38, para a Educação de Jovens e Adultos, na qual estão explícitas as responsabilidades do poder público para com essa parcela da população, viabilizando e estimulando o acesso e permanência do trabalhador na escola.

Oficialmente os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas.

Um dos aspectos importante dessa Lei, e que a distingue da Lei 5.692/1971 refere-se, à distinção da Educação de Jovens e Adultos (Capítulo II – Seção V – artigo 37 e 38), destinadas aqueles que não tiveram acesso ao Ensino Fundamental e Médio e a Educação Profissional (Capítulo III – Art. 39 a 42), voltada para o aprimoramento e qualificação daqueles vinculados à vida produtiva.

Outro aspecto importante estabelecido por essa nova Lei refere-se à redução da idade mínima do acesso aos exames de supletivo. Maiores de 15 anos no nível de conclusão do Ensino Fundamental, já que anteriormente a idade era de 18 anos. Maiores de 18 anos no nível de conclusão do Ensino Médio; antes a idade era de 21 anos.

Em nível internacional ocorreu um crescente reconhecimento da importância da EJA para o fortalecimento da cidadania e da formação cultural da população, devido à propagação proporcionada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura – UNESCO.

Esta, então, chamou uma discussão nacional sobre o assunto, envolvendo delegações de todo país. A partir dessa mobilização nacional foram organizados os Fóruns Estaduais de EJA, que vêm se expandindo em todo país, estando presentes atualmente, nos estados brasileiros, com exceção de Roraima.

Esse movimento se deu da seguinte forma: em 1996 ocorreu uma intensa mobilização incentivada pelo MEC e pela UNESCO, como forma de preparação para a V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (CONFINTEA). O MEC instituiu, então, uma Comissão Nacional de EJA, para incrementar essa mobilização. A recomendação dada foi que cada Estado realizasse um encontro para diagnosticar metas e ações de EJA.

Desde então, as instituições envolvidas decidiram dar prosseguimento a esses encontros. Em 1997 a UNESCO convocou Universidades e Organizações Não Governamentais - ONGs, visando a preparação da V Conferência Internacional de Educação de Adultos - CONFINTEA, através da discussão e elaboração de um documento nacional com diagnóstico, princípios, compromisso e planos de ação.

Estes eventos de intercâmbio marcaram o surgimento dos Fóruns na área de EJA. O primeiro Encontro Nacional de Educação de Jovens - ENEJA ocorreu no Rio

de Janeiro (1999), participaram os Fóruns do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e de São Paulo. De acordo com SOARES (2002, p.154),

O ENEJA/RIO buscou contribuir para ampliação e a melhoria da qualidade da educação de pessoas jovens e adultas no Brasil, mediante o estabelecimento de políticas de cooperação, articuladas entre as esferas de governo e o segmento governamental e não-governamental.

O surgimento dos Fóruns tem se dado de forma diferente em cada Estado. Em Alagoas, o Fórum Estadual surge antes da década de 1990, como um coletivo de educação popular, mas no mesmo ano, como Fórum Estadual propriamente dito. No Distrito Federal, forma-se em 1990 um grupo de trabalho de alfabetização de adultos e, somente em 2003, forma-se o Fórum estadual.

Porém, o Rio de Janeiro é o primeiro Estado a criar um Fórum Estadual de EJA. Em 2001, foi organizada em Brasília uma reunião para compreender os desafios dos Fóruns (SOARES, 2004).

Os Fóruns mantêm uma secretaria executiva, com representantes dos segmentos, que preparam plenárias³, podendo ser mensais, bimestrais ou anuais, de acordo com a realidade específica de cada Fórum.

A maneira que esses Fóruns se mantêm tem sido um desafio, pois não existe pessoa jurídica que receba ou repasse recursos, essa participação se dá por adesão.

Nesse período vão surgindo também os Fóruns Regionais, e como consequência a interiorização dos Fóruns em cada Estado.

Os fóruns de EJA surgem com objetivo de socializar informações e trocar experiências entre segmentos envolvidos com a EJA. A história dessa modalidade de ensino EJA passa a ser registrada em um boletim da ação educativa, que socializa uma agenda dos Fóruns e os relatórios dos ENEJAs. Segundo (SOARES, 2002), o I ENEJA ocorreu no Rio de Janeiro em 1999, o II ENEJA foi realizado em Campina Grande, na Paraíba, em 2000, em que se discutiu o conceito de alfabetização e a relação de parcerias entre as instituições envolvidas com EJA. O III ENEJA, realizado em setembro de 2001, ocorreu na cidade de São Paulo, tendo como tema central: “O Plano Nacional de Educação (PNE)”.

³ Existem as plenárias itinerantes, como a do Estado da Paraíba.

De 1999 a 2000, os Fóruns passam a marcar presença nas audiências do Conselho Nacional de Educação – CNE para discutir as diretrizes curriculares para Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Assim, alguns Estados passaram a participar da elaboração das diretrizes estaduais, e alguns municípios, participaram da regulamentação municipal da EJA.

1.2. O Surgimento do Fórum de EJA no Estado da Paraíba

O Fórum de Educação de Jovens e Adultos - FEJA do Estado da Paraíba foi instalado no dia 27 de outubro de 1999, no auditório da Reitoria da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, nascendo como resposta à demanda de diversas iniciativas de EJA que necessitam de uma maior interlocução entre si e com outras instâncias representativas da sociedade.

Desde sua criação busca promover o intercâmbio e troca de experiências por meio do debate e análise, em volta das questões que permeiam a realidade da Educação de Jovens e Adultos no Estado; o exemplo da discussão sobre a reestruturação curricular; a atual política educacional nacional para a EJA; a formação de educadores de EJA; a elaboração de plano de ação para minimizar as dificuldades na implementação e continuidade dos programas de Educação de Jovens e Adultos (<http://forumeja.org.br/pb>).

De acordo com o Regimento do Fórum de EJA do Estado da Paraíba, aprovado no XXXVII Encontro Estadual de EJA, é caracterizado por ser um espaço democrático, plural, não partidário, não governamental, comprometido com ações que envolva essa modalidade de educação, e com normas de funcionamento definida por um regimento.

Sua estrutura é coordenada por um grupo articulador composto por três integrantes, representantes das mais variadas instituições, com cargo por um ano. Esse Grupo Articulador do Fórum de EJA do Estado da Paraíba se reúne mensalmente, para analisar a situação do mesmo, e se necessário, marcará previamente uma ação ordinária ou extraordinária. Dessa forma, pelo menos duas vezes por ano há um Encontro Estadual, visando cumprir com suas finalidades.

O Fórum, com pólo em quase todas as cidades do Estado, tem como pauta para essa modalidade educativa, atuar em uma perspectiva emancipatória, cidadã e

libertadora; incluindo a educação formal, não formal e informal⁴, considerando também a fonte de aprendizado ao longo da vida. Assim, contempla os princípios Freireanos para educação de EJA (<http://forumeja.org.br/pb/node/38>).

A partir dessa percepção de educação, os coordenadores se conscientizaram da importância de se trabalhar e formar professores para a EJA que se identificassem com essa modalidade de educação, com competências, saberes disciplinares, estratégias e métodos de ensino, linguagens e textos adequados, respeitando as experiências culturais e sociais dessas pessoas. Referente à formação do professor de EJA, (SOARES, 2002. p. 8) faz referência:

As Universidades, principalmente as públicas, vêm assumindo, ainda que lentamente, seu papel na formação do docente para atuar na EJA e na produção de conhecimentos na área. Muitas desempenharam um papel pioneiro, contribuindo com experiências enriquecedoras e despertando a academia para o problema da EJA. Entre elas, podemos citar a UFSCAR e a UFPB.

Essas ideias, e a discussão dos últimos anos sobre a formação do educador da EJA, principalmente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – 9.394/1996, que reconhece a EJA como modalidade de ensino, e do Parecer: CP 001/2000 e da Resolução 01/2000, onde ambas tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs, adequadas a essa modalidade de educação, viabilizaram ao Centro de Educação – CE da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, incluir no Projeto Político Pedagógico – PPP, do curso de Pedagogia, o Projeto de Monitoria, titulado “A educação de Jovens e Adultos (EJA) no Curso de Pedagogia da UFPB.” A RESOLUÇÃO CNE/CEB 1 de 3 de julho de 2000, Art. 17, ressalta:

A formação inicial e continuada de profissionais para a Educação de Jovens e Adultos terá como referência as Diretrizes Nacionais para o Ensino Fundamental e Médio e as Diretrizes Curriculares Nacionais de formação de professores, [...]

⁴ Educação formal: acontece na escola mediante a participação do professor, tendo objetivos relativos ao ensino e a aprendizagem de conteúdos sistematizados e regimentados por leis. Não-Formal: atividade educativa organizada fora do sistema formal, que oferece tipos selecionados de ensino a determinado grupo da população, sem previsão de graus. Informal: processo diluído, circunstancial, recebida no transcorrer do cotidiano pela mídia, leituras, contatos, acontecimentos, etc.

Esse Projeto de Monitoria propiciará aos educadores que atuam com essa modalidade de ensino, a formação inicial e continuada em nível superior. O mesmo tem por objetivo, sistematizar experiências importantes com EJA dos últimos dez anos, incluindo nesse projeto o levantamento de informações sobre como o curso de Pedagogia vem tratando essas questões relacionadas à mesma; além de complementar esses objetivos específicos como: refletir a contribuição da referida disciplina e área de aprofundamento da EJA, na qualificação do pedagogo; analisar as disposições legais teóricas pertinentes a EJA e permitir o exercício da docência mediante a participação/intervenção do docente em formação, nas atividades propostas pela disciplina de Fundamentos da EJA (<http://www.prac.ufpb.br/anais/IXEnex/iniciacao/documentos/anais/4.EDUCACAO/4CEDFEMT03.pdf>).

Dessa forma, visando alcançar os objetivos traçados foram criadas estratégias e procedimentos metodológicos baseados em estudos de textos teóricos sobre EJA, além da participação do monitor nas aulas da disciplina Fundamentos da EJA, intervindo por meio de interação com o conteúdo.

O monitor acompanha também, a evolução dos alunos da disciplina, a sistematização do conhecimento produzido pelos alunos concluintes, além da área de aprofundamento da EJA contido no curso de Pedagogia da UFPB.

Por meio da participação das aulas da disciplina acima citada, que trata dos fundamentos ontológicos, sociais, históricos, étnicos, jurídicos e pedagógicos, que permitiram o surgimento da EJA no Brasil, se tornou possível constatar que essa modalidade de educação exige intimidade entre o educador e sua prática específica a modalidade; além de técnicas pedagógicas pertinentes. Assim, se fazendo necessário o domínio dos conteúdos contidos nessa disciplina pelos estudantes graduandos.

Constatou-se também, bons resultados obtidos com a utilização de recursos audiovisuais como forma de procedimentos metodológicos, pois despertou a curiosidade e motivou os alunos sobre a temática abordada.

A combinação da fala com imagens estimularam os alunos, a reflexão, a análise e por conseqüência, o debate em sala de aula, além da percepção pelos educadores de redefinição funcional dos conteúdos abordados na EJA

(<http://www.prac.ufpb.br/anais/IXEnex/iniciacao/documentos/anais/4.EDUCACAO/4CEDFEMT03.pdf>).

A diversidade dos alunos, no que se refere à idade, formação escolar e itinerária biográfico foi levada em consideração, exigindo do processo formativo do professor, flexibilidade e planejamento; acima de tudo, se centrar no diálogo, de forma a proporcionar condições pedagógicas necessárias ao desenvolvimento da autonomia do alunado e a apropriação do conhecimento para sua utilização no cotidiano.

Também foram exigidas dos docentes informações específicas para construção gradativa da educação para EJA. Sendo assim, observou-se também a necessidade da prática da avaliação, pois o mesmo integra o ensino e a aprendizagem.

Esse Projeto, mesmo em fase de execução, obteve resultados significativos, no que se refere ao exercício da docência na disciplina de Fundamentos da EJA. Após o mapeamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso – TCCs, a análise de dispositivos eficientes para EJA, a verificação do universo de alunos que escolheram a área de aprofundamento em EJA e a identificação de titulação dos professores que tem orientado TCCs em EJA, se chegou a essa conclusão (<http://www.prac.ufpb.br/anais/IXEnex/iniciacao/documentos/anais/4.EDUCACAO/4CEDFEMT03.pdf>).

Tendo em vista que a educação da EJA é uma educação diferenciada, principalmente pela especificidade em cada região, devido ao contexto histórico-sócio-político, acredito que o Estado da Paraíba encontrou o caminho para formação do professor de EJA, principalmente quando já se constata TCCs nessa área.

1.3. Uma avaliação na educação brasileira após a LDBEN de 1996

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, número 9.394, de 20 de dezembro de 1996, apresenta-se como oportunidade para avaliação da educação brasileira, em seus dezesseis (16) anos de aplicação, tendo em vista que durante esse período essa Lei sofreu várias alterações, ampliando e esclarecendo melhoras educacionais.

A partir daí me pergunto: diante de dezesseis (16) anos, em que a Lei entrou em vigor quais foram as modificações? O que ocorreu na educação brasileira após essas alterações na LDBEN?

Dessa forma, discorro fazendo uma breve análise e questionamentos sobre os avanços e limitações dessa Lei de 1996 até 2013.

Entre as inovações, destaco o conceito de Educação Básica, que contempla a Educação Infantil, com creches gratuitas de zero (0) a três (3) anos de idade, bem como pré-escola de quatro (4) aos seis (6) anos de idade, o Ensino Fundamental, recentemente estendida para nove (9) anos de duração, sendo de caráter obrigatório para crianças e jovens de seis (6) a catorze (14) anos de idade e o Ensino Médio, que segundo a Constituição Federal esse nível é de universalização progressiva, atendendo jovens na idade regular de quinze (15) aos dezessete (17) anos de idade, com duração mínima de três (3) anos.

Sendo assim, a Lei, visando a universalização da educação, direciona a uma diferença entre o caráter obrigatório do Ensino Fundamental, e a progressiva forma obrigatória do Ensino Médio. A mesma também se incumbiu de trazer as creches, antes esquecidas, para o sistema educacional.

A LDBEN estende a Educação de Jovens e Adultos – EJA à Educação Básica, inserida no Ensino Fundamental e Médio, assim fazendo uso das DCNs das mesmas. De acordo com SOARES (2002, p. 121), Valem, pois, para a EJA as diretrizes do ensino Fundamental e Médio. A elaboração de outras diretrizes poderia se configurar na criação de uma nova dualidade {...}.

Destaco, também, as normas que favorecem a expansão da EJA na LDBEN. O Art. 4º Parágrafos VI e VII, afirma que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; e oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas, às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.

Esse Artigo contempla e estende o direito à educação, para jovens, adultos e idosos que não tiveram oportunidade na idade própria, sendo um fato reparador para

educação brasileira; afinal, grande parte deste público são trabalhadores que disponibilizam apenas do turno da noite para estudar, e buscar melhoras na vida.

A Lei também referencia a Educação Profissional ampliada, admitindo sua articulação com o ensino regular, bem como estratégias de educação continuada. Com relação à Educação Especial, a mesma não se prolonga, embora estimule à integração ao ensino regular.

Já a Educação Indígena é tratada com abertura para o multilingüismo e a interculturalidade; ou seja, nada mais justo do que propagar para crianças, jovens e adultos a língua e a cultura nativa falada, além do português, por meio da interação entre culturas, compondo o interculturalismo, ou interculturalidade. De acordo com a Lei 9.394/96, Título VIII, Art. 78,

O sistema de ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas, com [...]

Com relação à Educação Superior, a LDBEN pouco foi alterada devido ao setor se caracterizar como conservador, todavia, por determinação constitucional, o modelo universitário que associa ensino e pesquisa, teve o acréscimo da extensão. Assim o novo modelo universitário tem como base o ensino, pesquisa e extensão.

Outra novidade da Educação Superior foi o fim do exame vestibular como única forma de acesso a cursos de graduação, embora ainda seja um mecanismo utilizado pelas Universidades.

Essa flexibilidade adotada por várias universidades propiciou a expansão de processos de avaliação, da mesma forma foi criado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Na Lei 9.396/1996, o capítulo IV da Educação Superior, o Art. 50 ressalta:

As instituições de educação superior credenciadas como universidades, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos do sistema de ensino.

A adoção das Diretrizes Curriculares, bem como a criação desses instrumentos alternativos, tem modificado a postura no que se refere à seleção para ingresso em cursos de nível superior.

Todavia, não restam dúvidas de que desde a aprovação da Lei, até os dias de hoje, mesmo havendo falhas, houve um crescimento significativo das oportunidades de acesso a educação.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2007), por meio de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, divulga uma comparação da situação educacional da população brasileira entre o período de 1995 a 2005, revelando avanços obtidos na educação brasileira. A taxa de analfabetismo dos indivíduos de quinze (15) anos ou mais de idade caiu de 15% para 10,9% nesse período, já a taxa dos analfabetos funcionais⁵ diminuiu de 34% para 23%. Essas reduções no analfabetismo são resultado do maior número de pessoas freqüentando as escolas por todo Brasil.

Com relação a fundos para educação, a LDBEN permanece, nos termos da vinculação da receita de impostos, estabelecidos pela Constituição Federal.

Outra modificação importante que observei foi a priorização dos órgãos fiscalizadores, de examinar as aplicações financeiras na educação. Assim, a Lei procurou definir despesas, referente à educação visando efeitos de novas vinculações constitucionais neste setor.

Um dos grandes avanços foram as normas de tornar público, por meio da mídia, receitas e despesas com a educação pelo poder público e sobre o papel dos órgãos fiscalizadores nessas aplicações. Dessa forma, saberemos a realidade dos investimentos na educação brasileira, e de certa maneira, essa medida dificulta os desvios de verbas na área.

No que diz respeito a expansão do Ensino Profissional, em particular nas escolas Federais na oferta de Ensino Médio, o Decreto número 2.208, de 1997, visando a expansão dos cursos de educação profissional de breve duração, a alunos

⁵O IBGE trabalha com os critérios de alfabetização funcional, que implicam o domínio de habilidades em leitura, escrita, cálculos e ciências, em correspondência a uma escolaridade mínima de quatro séries completas. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) considera analfabeto funcional o indivíduo que, mesmo sabendo ler e escrever frases simples, não possui as habilidades para satisfazer as necessidades do seu dia-a-dia e se desenvolver pessoal e profissionalmente.

do Ensino Médio, ou recém-concluídos, rompem a integração curricular entre a formação geral e profissional nesse nível de ensino.

Sendo assim, optou-se por uma educação fragmentada, reforçando a idéia de duas categorias de escolas: uma de formação acadêmica, e outra de qualificação profissional. Essa situação levou à edição do Decreto número 5.154, de 2004, que mantém a possibilidade de cursos com matrículas independentes, mas admitem a oferta de cursos profissionais integrados no Ensino Médio, os chamados cursos técnicos.

A LDBEN reconhece, ainda, a Educação à Distância, cuja modalidade tecnológica de ensino merece um tratamento diferenciado na atualidade. Ela também estimula a modalidade de Educação à Distância, tanto que houve um crescimento significativo após a edição dessa nova Lei, embora o Ministério da Educação – MEC tenha retardado o credenciamento, no que se refere à Educação Superior, e outras restrições legais para seu desenvolvimento.

O elemento qualidade educacional, que está diretamente relacionada à formação e educação continuada do professor, aparece na Lei, sem muita consistência, mesmo tendo dez (10) referências, tais como: formação de profissionais da educação, avaliação institucional e de rendimento, gestão participativa e associação entre qualidade de educação e seu financiamento.

A realidade é que a LDBEN permanece com seus avanços e recuos, pois se houve um avanço considerável a partir de 1997, no atendimento na Educação Básica, dados do censo escolar divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), de 20 de dezembro de 2010, registra que no Brasil nesse mesmo ano, foram matriculados 51,5 milhões de indivíduos na Educação Básica, enquanto no ano anterior, 2009, o censo registrou 52,5 milhões de alunos. Uma queda significativa de aproximadamente um milhão de matrículas da Educação Básica pública.

Dessa forma, me pergunto: depois de tantas contribuições promovidas pela LDBEN, o que houve com a educação entre o ano de 2009 e 2010, para causar essa redução de matrículas? Essa redução pode ser decorrente da expansão de matrículas na educação profissional, tendo em vista políticas e ações do Ministério da Educação – MEC na melhoria, expansão e qualidade dessa modalidade de educação no país. Outro aspecto que podemos observar é referente ao fluxo escolar. Com o aumento de alunos sendo aprovados, e prosseguindo para séries posteriores, há uma redução no

número de matrículas, embora haja uma concentração maior de alunos em etapas finais do Ensino Fundamental, sendo positivo e afirmando as contribuições proporcionadas pela LDBEN.

A Lei também dispõe de algumas diretrizes, que busca valorizar a carreira do magistério, tendo em vista que a preparação do professor é um fator de grande importância, e fundamental na qualidade de ensino.

Reconhecendo a importância do professor, e buscando a qualidade na educação, a Lei torna regra a formação dos professores em nível superior, sendo extintas as Licenciaturas de curta duração. Contudo, foi admitido “provisoriamente” professores lecionarem com formação em cursos normais de Ensino Médio, podendo atender à Educação Infantil e as quatro (4) primeiras séries do Ensino Fundamental.

Para carreira do magistério público, a LDBEN ampliou o período de estágio profissional, mediante a exigência de um total de trezentas (300) horas de prática de ensino, visando uma educação de qualidade.

Dessa forma, observo que a Lei valoriza o professor, impondo a regra de lecionar com nível superior, enquanto torna-se flexível no sentido de poder atuar “provisoriamente”, além de ampliar o total de horas na prática de ensino. Por outro lado, vejo que se não houvesse essa flexibilidade temporária haveria uma queda brusca na educação, devido à grande quantidade de professores lecionando apenas com o Ensino Médio.

Considero o Nordeste é a região do Brasil que mais necessita de educação com qualidade, devido a seu histórico educacional de região com maior índice de baixa escolarização no país, conseqüentemente soma o maior número de professores lecionando apenas com o Ensino Médio. Então, me pergunto: quanto tempo a LDBEN estabeleceu para esse provisoriamente? Tendo em vista a presente necessidade de educação com qualidade, principalmente diante de uma explosão tecnológica dos dias de hoje.

Após analisar e discutir a educação brasileira a partir da LDBEN, concluo que houve um grande progresso em ofertas de educação, embora haja grandes problemas como o divulgado pelo INEP em 2010 que registrou uma queda de um milhão de matrículas na Educação Básica pública.

Contudo, o índice de escolaridade dos brasileiros cresceu, o analfabetismo recuou e o acesso ao Ensino Fundamental quase chega à universalização, havendo também avanços na Educação Infantil, Ensino Médio e no Ensino Superior.

Da mesma forma, há melhoras na oferta de Educação especial e Indígena, estendendo-se a Educação de Jovens e Adultos - EJA. Já a Educação à Distância, pode se multiplicar auxiliada pelas novas tecnologias, em especial a internet.

Quanto à qualidade de ensino, compreendo que a LDBEN deixa evidente sua insistência para criação de um processo de avaliação, estimulando a articulação entre esferas do governo, além de se posicionar favorável a qualificação dos profissionais da educação. Dessa forma, a Lei, mesmo com seus progressos e limitações, durante esses dezesseis (16) anos de atuação tem sido de grande importância para desempenho progressivo da educação brasileira, pois ela orienta e direciona a educação no país por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs.

Os PCNs têm como objetivo, estabelecer uma referência curricular e apoiar a elaboração da proposta curricular de cada Estado, beneficiando as escolas existentes em cada cidade do país. Os PCNs também servem como orientações aos professores, pois nele estão os conteúdos a serem abordados por cada disciplina.

Portanto os PCNs são propostas elaboradas pelo MEC, visando uma educação de qualidade e padronizada para as escolas de todo Brasil.

1.5. Estudo sobre a EJA no Ensino Médio no Brasil

A história da Educação de Jovens e Adultos – EJA no Brasil, desde o princípio é marcada por avanços e recuos, que persistem até os dias de hoje.

Em carta enviada pelo diretor da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO aos países membros, dos quais o Brasil faz parte, o mesmo solicitou um relatório sobre a situação da educação e aprendizagem de adultos e a salientar avanços, visando a elaboração da Quinta Conferência Internacional de Educação de Adultos - CONFINTEA V, ocorrida em julho de 1997, em Hamburgo, na Alemanha.

Assim, os relatórios solicitados constituem a base para se diagnosticar e discutir a situação da educação dos países membros, visando soluções em anos posteriores. Esses documentos deram suporte às informações contidas no Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos.

De acordo com SOARES (2002, p. 154), em Hamburgo, diferentemente das conferências anteriores, foram firmados compromissos incorporados numa agenda para o futuro e uma estratégia de ação.

A avaliação do estado da aprendizagem da educação de adultos, nos países membros da UNESCO, proporcionou uma excelente oportunidade de confirmar o progresso das agendas nacionais em relação às metas de Educação Para Todos, no que se refere a alfabetização, aprendizagem de adultos e educação informal (www.unesco.org/pt/confinteavi/).

A educação brasileira evolui de forma lenta, embora progressiva; todavia são preocupantes os números divulgados em 22 de maio de 2009 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A EJA era freqüentada em 2007, por cerca de 10,9 milhões pessoas, o que correspondia a 7,7% da população com quinze (15) anos ou mais de idade.

Das cerca de oito (8) milhões de pessoas que passaram pela EJA antes de 2007, 42,7% não concluíram o curso que se matricularam. O principal motivo apontado para o abandono foi a incompatibilidade do horário das aulas com o do trabalho, ou de procurar trabalho (27,9%), seguido com 15% pela falta de interesse em fazer o curso.

Segundo esse levantamento, a faixa etária destes grupos é crescente entre 18 e 39 anos de idade, enquanto o grupo etário de 30 a 39 anos, aproximadamente 10,7% foi o que mais procurou os cursos de EJA, seguido pelos grupos de 40 a 49 anos (8,6%), de 18 ou 19 anos (7,5%) e de 50 anos ou mais (4,6%) (www.ibge.gov.br).

Isso mostra o aumento crescente a cada ano de um público específico que procura a EJA, da mesma forma, demonstra também que são trabalhadores que buscam uma melhoria de vida por meio da educação. Por outro lado fica claro, que se trata de uma educação com características próprias, por se tratar de indivíduos que não tiveram oportunidade de escolarização na época apropriada.

Nessa pesquisa feita pelo IBGE, constatou-se também que no Brasil de 2,9 milhões de pessoas de quinze anos ou mais de idade que freqüentaram um curso de EJA, um milhão, ou 36,1% dos estudantes pertenciam ao Ensino Médio. As maiores proporções de alunos registrados no Ensino Médio estavam na Região Sul com 46,3% e Centro-Oeste com 46,1%.

Dessa forma houve um crescimento significativo de adolescentes freqüentando os cursos públicos de EJA ofertados, conseqüentemente causando um grande problema nessa área, já que se trata de uma educação para quem não teve acesso na idade apropriada.

Neste sentido, vejo que há brechas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA relacionado à idade. O parecer que regulamenta o Art. 37 da LDB conceitua os cursos de Educação de Jovens e Adultos e os exames supletivos, fixando Catorze anos de idade para o ingresso em cursos de EJA do Ensino Fundamental e de dezessete anos para o ingresso em cursos do Ensino Médio.

Portanto, a partir do Artigo 37 da LDB, dá para compreender o crescimento de estudantes adolescentes que se matriculam na EJA. Concordando com SOARES (2002, p. 14),

Cresce, a cada dia, o percentual de adolescentes que freqüentam os cursos de EJA. Há uma transferência de responsabilidade que altera o perfil das classes contribuindo para a desistência dos jovens e, principalmente, dos mais adultos.

Sabendo dessa problemática, a Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA VI), ocorrida no Brasil entre os dias 1 e 4 de dezembro de 2009, em Belém do Pará, proporcionou uma importante plataforma para o diálogo sobre políticas e promoção da aprendizagem de adultos e educação não formal em âmbito global. Essa Conferência envolveu países membros da UNESCO, agências das Nações Unidas, organizações da sociedade civil, setor privado e aprendizes de todas as regiões do mundo. Ela foi realizada objetivando impulsionar o reconhecimento da educação e aprendizagem de adultos, como elemento importante e fator que contribuiu com a aprendizagem ao longo da vida, da qual a alfabetização constituiu a base. (www.unesco.org/).

Em 2010, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP – Ministério da Educação e Cultura – MEC divulgam o censo escolar brasileiro, mostrando uma queda de 10,3% nas matrículas da EJA, nos cursos presenciais de Ensino Médio.

Dessa forma, vejo que estes números estão na contramão de tudo que foi pautado e assinado na última Conferência.

De qualquer forma, no Marco de Ação de Belém, documento síntese da CONFINTEA VI, assinado por cento e quarenta e quatro representantes de governos, incluindo o Brasil, os presentes pactuaram que:

A educação de adultos é reconhecida como um componente essencial do direito à educação, e precisamos traçar um novo curso de ação urgente para que todos os jovens e adultos possam exercer esse direito. A educação de adultos é reconhecida como um componente essencial do direito à educação, e precisamos traçar um novo curso de ação urgente para que todos os jovens e adultos possam exercer esse direito.

No entanto, apesar dos esforços do Governo Federal para a inclusão da EJA no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB e de Valorização dos Profissionais da Educação, além da criação do Programa Brasil Alfabetizado, do Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos – PNLD – EJA, das linhas de financiamento para formação de professores, enfim, da política pública que tenta acertar o caminho para desenvolver a EJA, todavia a mesma permanece com seus avanços e recuos.

Mesmo com empenho governamental em melhorias para educação no país, dados do Censo Escolar de 2010 divulgados pelo IBGE, relatam que quase metade da população brasileira, ou 49,25% com mais de vinte e cinco (25) anos ou mais não tem o Ensino Fundamental completo.

Esse resultado mostra o quanto o Brasil necessita de políticas públicas estudadas, direcionadas e aplicadas com eficiência, para que possa honrar com o compromisso assumido na Conferência de Belém, reconhecendo a importância da EJA como direito do cidadão.

Concordando com HADDAD (2000), nas últimas décadas a EJA tem chamado a atenção, tanto das políticas públicas, quanto de vários setores da sociedade civil como das ONGs, movimentos sociais, sindicais e universidades e empresas; principalmente na área de construção civil.

Essa atenção deve-se à rapidez do avanço tecnológico dos últimos anos, bem como às novas exigências do mercado de trabalho contemporâneo, que requer uma mão de obra especializada, apresentando necessidade de formação continuada dos jovens e adultos, que buscam, ou se encontram em determinadas áreas de trabalho.

Por outro lado, o Censo Escolar 2012, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP apresenta dados sobre a qualidade do ensino básico em todo o país, desde a Educação Infantil até a voltada aos jovens e adultos. O Censo foi publicado no Diário Oficial da União, Seção 1 Nº 174, em 6 de

setembro do mesmo ano, mostrando o crescimento em creches e a estagnação do Ensino Médio.

Segundo dados preliminares desse Censo, que não incluiu nessas estatísticas a rede pública Federal e particular, o Brasil em 2012 possuía 41.183.103 estudantes matriculados na rede pública de Educação Básica estadual e municipal. O número de matrículas caiu 2,08% em comparação com 2011. A redução foi de mais de 870 mil matrículas.

Haviam 8.376.852 estudantes matriculados no Ensino Médio em 2012, quando comparado ao ano anterior, que eram 8.400.689 matriculados, uma redução de 0,3%, enquanto o atendimento em creches no Brasil em 2012 cresceu 10,5% em comparação com o ano anterior.

Quanto à Educação de Jovens e Adultos – EJA, a pesquisa mostra que de 2010 a 2012, houve uma diminuição de 11% no número de matrículas realizadas no Ensino Fundamental e Médio.

Após esse breve estudo sobre os últimos seis anos da EJA, vejo que mesmo com esforços de ações voltadas a educação, como Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e Médio, as Diretrizes Curriculares para EJA, que serve como base para essa modalidade, fortalecendo a educação brasileira, mesmo assim, a EJA permanece apresentando grandes problemas, como essa redução ano após ano no número de matrículas realizadas.

Dessa forma, entendo que os dirigentes da educação brasileira estão com dificuldades em identificar onde há problemas na educação, em especial na EJA, como também em dividir de maneira equilibrada as aplicações financeiras a cada nível adequado da educação. Acredito também, que os mesmos deveriam proporcionar condições e recursos aos professores, para que seja possível uma educação de qualidade; caso contrário, se torna cada vez mais distante da possibilidade de garantir a educação básica para todos.

Assim, esses dirigentes ignoram que a educação é considerada um caminho seguro para desenvolver competências cognitivas necessárias, para que os indivíduos possam viver em ambientes onde circulam bastante informações, contemplando uma aprendizagem continuada.

Capítulo II

CAMPO DE PESQUISA - EJA NO ENSINO MÉDIO: UMA MODALIDADE DIFERENCIADA

Neste capítulo discorro sobre as escolas, objeto desse estudo a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio de Educação de Jovens e Adultos Professor Geraldo Lafayette Bezerra, e o Núcleo de Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio da Universidade Federal da Paraíba – NEJAEM/UFPB.

Descrevo a historicidade das mesmas, suas estruturas físicas, sua organização e funcionamento, bem como suas atuações na educação de Jovens e Adultos na cidade de João Pessoa, Paraíba.

2.1. Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio de Educação de Jovens e Adultos Professor Geraldo Lafayette Bezerra

A escola Professor Geraldo Lafayette Bezerra foi fundada em 11 de setembro de 1983, como Centro de Estudo Supletivo - CES, estando situada à Rua Felinto Escolástico, s/n, no bairro do Cristo Redentor, na cidade de João Pessoa, Paraíba.

De acordo com a coordenadora da escola, a mesma surgiu com finalidade de servir como base de “cabines” para Educação de Jovens e Adultos com idade superior a quinze (15) anos, na modalidade semipresencial no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), funcionando nos turnos manhã, tarde e noite.

Todavia, a escola oferece também o Ensino Médio presencial para alunos com idade a partir dos dezessete anos, funcionando no turno da noite. A convergência para o curso noturno foi motivado pelo fato de que os alunos, em sua maioria, cumprem jornada de trabalho durante o dia.

As “cabines” foram criadas com a finalidade de tirar dúvidas dos alunos do Ensino Fundamental, de forma particular. Para isso, a escola disponibiliza um professor por disciplina, contidas no currículo escolar, tais como Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Biologia, Inglês, Física, Química e Arte, nos três turnos.

O fato de ter um professor específico para a disciplina de Arte, nestas cabines para tirar as dúvidas dos alunos, me faz deduzir que o ensino de Arte recebe a mesma

importância que as demais disciplinas e contempla a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/1996), em seu Art. 26, §2º que estabelece que o ensino de Arte constitua componente obrigatório, nos diversos níveis da Educação Básica, de forma a estimular o desenvolvimento cultural dos alunos.

Na modalidade semipresencial no que diz respeito ao Ensino Fundamental, o aluno é atendido de forma personalizada e recebe todo material necessário à realização do seu curso, escolhendo seu horário de atendimento conforme seu tempo e disponibilidade.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico – PPP (2011) e o Regimento, a escola tem como referência para seu ensino as Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA. Assim, os conteúdos são considerados como meios do processo de formação humana dos educandos, para que esses indivíduos possam produzir e ressignificar bens culturais, sociais, econômicos e deles usufruírem.

Já na modalidade Ensino Médio presencial que ocorre no turno da noite, a educação é caracterizado como educação regular, não havendo auxílio nas cabines. O aluno participa regularmente das aulas interagindo com professores de cada disciplina, bem como cumprindo datas de provas e recuperação, se for o caso.

Nesse modelo de ensino, a política da escola leva em consideração o saber que o indivíduo traz acumulado no seu processo sociocultural, de tal forma que oferece um ensino voltado à discussão, de maneira a considerá-lo como sujeito de transformação e atuação na sociedade, segundo suas idéias e interesses.

Portanto, a escola oferta Educação de Jovens e Adultos na modalidade presencial e semipresencial, contemplando o total de carga horária estabelecida na legislação vigente nos níveis do Ensino Fundamental e Médio, com avaliação no processo de formação.

As Diretrizes para EJA, nessas duas modalidades procuram viabilizar processos pedagógicos, tais como: pesquisa e problematização na produção do conhecimento; desenvolvimento da capacidade de ouvir, refletir e argumentar; registros, utilizando recursos variados (esquemas, anotações, fotografias, ilustrações, textos individuais e coletivos), permitindo a sistematização e socialização dos conhecimentos e vivências culturais diversificadas, que expressem a cultura dos alunos, bem como a reflexão sobre outras formas de expressão cultural.

De acordo com o PPP da escola, para que o processo ocorra como planejado foram estabelecidos planos de estudos e atividades. Assim, a escola disponibiliza em

um mural o roteiro de estudos aos alunos, com a finalidade de garantir que estes tenham acesso a todas as informações sobre a organização da modalidade em que estão inseridos.

Observei, por meio do Regimento Escolar, que a escola funciona obedecendo às normas instituídas no mesmo, vinculado à Coordenadoria de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Estado da Educação e Cultura, do Estado da Paraíba.

De acordo com o Regimento, no Título II, Capítulo I, Art. 6º - A estrutura organizacional da referida escola é composta por uma equipe de direção (gestor e gestor adjunto), equipe pedagógica (supervisão escolar, orientação educacional e corpo docente), equipe administrativa (secretaria e equipe de apoio administrativo) e serviços gerais.

Constatei que o espaço físico da escola é constituído por um (1) estacionamento, uma (1) sala onde funciona a secretária, uma (1) sala dos professores, uma (1) sala destinada ao contador da escola, banheiros, uma (1) cozinha, que funciona apenas no turno da noite, oito (8) salas de aula destinadas ao Ensino Médio presencial, uma (1) sala ampla, onde funcionam as “cabines” (local onde são desenvolvidas as aulas da modalidade semipresencial), uma (1) sala a espera do laboratório de informática, e uma (1) biblioteca.

Verifiquei também, que na biblioteca há livros para diversas áreas do conhecimento, menos para o ensino de Arte. A escola oferece também aos professores um (1) note book e um (1) data show, que servem como recurso para aulas.

Os livros didáticos são indicados pela Secretaria de Estado da Educação de Jovens e Adultos, da Secretaria de estado da Educação da Paraíba, como material de apoio. Dessa forma, de acordo com a coordenadora da escola, os livros são fornecidos pelo Estado e utilizados pelos discentes, de maneira que a cada final de semestre são devolvidos e reutilizados pelos próximos alunos a se matricularem, sendo atualizados a cada três (3) anos.

Segundo o PPP da escola, sua sistemática é de uma escola flexível, dinâmica, capaz de atender toda comunidade, visando suprir a necessidades daqueles indivíduos que não puderam terminar seus estudos no período regular. Assim, seu funcionamento também difere das escolas que não oferecem a EJA, pois a matrícula ocorre durante todo o ano letivo.

A escola por funcionar como modelo supletivo, a metodologia de ensino utilizada na modalidade semipresencial possibilita ao aluno concluir seus estudos sem obrigatoriedade de frequência, uma vez que a escola o acompanha e auxilia tirando suas dúvidas por meio das “cabines”, de acordo com seu tempo e ritmo de aprendizagem. Entretanto, para os alunos concluírem as etapas tanto no Ensino Fundamental (semipresencial), quanto Médio (presencial), necessitam fazer uma prova avaliativa, cuja nota mínima para aprovação é sete (7,0).

Todavia, em 03 de março de 2005, a escola sofreu ameaça de fechamento devido à falta de estrutura para suprir a demanda. Dessa forma, um relatório foi enviado pela coordenadora da escola para a Secretaria de Educação do Estado (COEJA), situada na cidade de João Pessoa – PB, apresentando o quadro funcional e uma estatística dos alunos em todas as áreas disciplinares. Tal ocorrido chegou ao conhecimento dos alunos, resultando em uma evasão em massa da escola.

O relatório informa que entre os anos de 2003 e 2004 foram registradas a renovação de matrículas de 656 alunos no Ensino Médio e 701 no Ensino Fundamental, comprovando a eficácia do ensino e a busca dos alunos pela mesma.

Dessa forma havia uma necessidade de ampliar o quadro funcional da escola, já que havia um (1) único professor por disciplina, lecionando nos três (3) turnos.

Essa ampliação visava suprir a necessidade da demanda de alunos, já que o semipresencial é um processo de auto-aprendizagem, em que o aluno submete-se a avaliação, tendo ainda o direito de recuperação; caso não atinja o percentual de aprovação estabelecida pelo Regimento escolar.

Contudo, a proposta da escola contida no relatório apresentava a necessidade de três (3) professores de Português (01 por turno), três (3) professores de Matemática (01 por turno), com carga horária completa, dois (2) professores de História, dois (2) professores de Geografia, um (1) professor de Ciência, um (1) professor de Biologia, dois (2) professores de Inglês, um (1) professor de Física, um (1) professor de Química, dois (2) professores de Arte, pois assim a escola poderia suprir a demanda de alunos.

Após o aumento do quadro funcional, embora não atendesse completamente a solicitação feita pela coordenadora, a escola passa a desempenhar melhor seu papel nessa modalidade de educação, de forma a chegar ao reconhecimento, sendo publicado no Diário Oficial em 02 de novembro de 2006, baseado na Lei Estadual 8.097/96 de 01 de novembro, Art. 2º, “Fica transformada em Escola Estadual do

Ensino Fundamental e Médio de Educação de Jovens e Adultos, Professor Lafayette Bezerra, padrão B-1”.

Sendo assim, a escola é considerada pela referida Lei Estadual como excelente, em escala de três padrões (B-1; B-2; B-3), obtendo êxito em suas metodologias e principalmente cumprindo com as necessidades educativas dos alunos, que buscam e freqüentam esta escola de Educação de Jovens e Adultos – EJA, em João Pessoa.

2.1. Núcleo de Educação de Jovens e Adultos de Ensino Médio da Universidade Federal da Paraíba – NEJAEM/UFPB

O NEJAEM foi fundado em 20 de abril de 1993, por meio de um convênio firmado entre a Secretaria de Educação do Estado da Paraíba e a Universidade Federal da Paraíba – UFPB, por intermédio do Centro de Educação - CE. O mesmo situa-se no Campus I da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Castelo Branco III – CEP. 58.051.900 - João Pessoa – PB.

O Núcleo tem por finalidade desenvolver o programa de suplência de Ensino Médio, destinando-se aos servidores da UFPB e seus dependentes, e aos moradores dos bairros circunvizinhos da universidade, que não concluíram a Educação Básica na idade própria.

De acordo com a Resolução do Conselho de Centro do Centro de Educação – COCCE, número 001/1997, o Art. 1º determina que as vagas de ingresso ao curso supletivo são distribuídas da seguinte forma: funcionários da UFPB do Campus I terão direito a 40% das vagas oferecidas; filhos de funcionários da UFPB do Campus I terão direito a 20% das vagas; filhos de professores do Campus I da UFPB terão direito a 20% das vagas e jovens e adultos das comunidades circunvizinhas do Campus I terão direito a 20% das vagas ofertadas.

O Regimento do Núcleo é baseado na Resolução/COCCE número 001/97, que a estrutura e normatiza seu funcionamento, auxiliado pelo Termo Aditivo 11/2001 e Convênio UFPB Número 014/2007.

Assim, o curso fundamenta seus atos educativos, na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, no seu

Capítulo II, Seção V, Artigos 37 e 38;⁶ nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, estabelecidas na Resolução CEB/CNE 01/2000; nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, Parecer CEB 15/98, de 01 de junho de 1998.

Dessa forma, a Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba, por intermédio da Gerência Executiva de Educação de Jovens e Adultos (GEEJA) e em parceria com o Centro de Educação da UFPB, oferece cursos presenciais, com avaliação contínua no processo do Ensino Médio, destinados a candidatos com idade de dezesete anos ou mais, funcionando de segunda a sexta feira nos turnos da tarde e noite, concordando com o calendário letivo da UFPB.

Verifiquei no Projeto Político Pedagógico – PPP do NEJAEM (2008), que este se estrutura e funciona de acordo com a Resolução CNE/CEB Número 1, de 05 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, no seu Art. 6º⁷.

Por meio de observação, constatei que a estrutura física da Universidade, como salas de aula, banheiros, biblioteca etc., são utilizadas pelo Núcleo, tendo sua secretaria instalada no Centro de Educação – CE, Campus I da UFPB, com suas aulas ocorrendo no bloco da Central de Aulas do CE, com oito salas de aula e banheiros. Os livros de todas as disciplinas são fornecidos pelo Estado e atualizados a cada três anos. Vale ressaltar que não há livro didático para o ensino de Arte.

De acordo com o PPP, o corpo docente do Núcleo é composto por dezoito (18) professores divididos entre funcionários Estaduais e Federais, contemplando todas as disciplinas que compõem o currículo escolar (Português, Matemática, História, Geografia, Biologia, Inglês, Física, Química e Arte), trabalhadas de forma interdisciplinar e contextualizadas, acreditando-se na possibilidade de uma aprendizagem significativa aos alunos. Os professores que atuam no NEJAEM são divididos em nível Federal e Estadual, devido à parceria feita entre ambas em sua fundação. Vale ressaltar também que o ensino de Arte é praticado de forma

⁶Art. 37. A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

⁷ Art. 6º. Cabe a cada sistema de ensino definir a estrutura e a duração dos cursos da Educação de Jovens e Adultos, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais, a identidade desta modalidade de educação e o regime de colaboração entre os entes federativos.

polivalente, cabendo ao professor lecionar as quatro (4) linguagens artísticas, Artes Visuais, Arte Cênica, Música e Dança.

Dessa forma, a linha metodológica caracteriza-se pela flexibilidade em função das peculiaridades dos alunos, sua faixa etária, sua forma de interação, bem como o tipo de atividade que realiza.

Constatei também no PPP do Núcleo que o Ensino Médio está didaticamente organizado em três (3) semestres letivos, de forma que cada semestre corresponde a um ano letivo do Ensino Médio, com carga horária de 525 horas/aula, incluindo avaliações no processo. Assim, a soma dos três (3) semestres corresponde a um total de 1.575 horas/aula no final do curso.

O processo de avaliação é fundamental, pois objetiva analisar a aprendizagem das competências e habilidades adquiridas pelo aluno, em um processo contínuo e cumulativo, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Assim a avaliação do aluno é feito por meio de trabalhos escritos, testes, trabalhos individuais ou em grupos de acordo com critérios estabelecidos pelo professor da disciplina. As notas variam de zero (0) a dez (10), correspondendo à avaliação quantitativa e qualitativa das atividades escolares realizadas.

Ao final de cada semestre será calculada a média aritmética das atividades realizadas, incluindo a substituição das notas de recuperação. Será considerado aprovado e apto a matricular-se na série seguinte, o aluno que no final do semestre letivo obtiver média sete (7,0) por componente curricular. A síntese semestral é obtida através da média aritmética dos dois bimestres.

Já o aluno que não atingir a média de aprovação se submeterá a uma avaliação final, contemplando todo conteúdo abordado no semestre letivo. Nessa avaliação final, o aluno terá que atingir a média mínima de seis (6).

No segundo semestre de 2012 foram registrados um total de 336 alunos⁸ matriculados no Ensino Médio, configurando o conceito positivo referente ao êxito na Educação de Jovens e Adultos, obtida pelo NEJAEM da UFPB na cidade de João Pessoa/PB.

⁸Duzentas e catorze (214) do gênero feminino e cento e vinte dois (122) masculino.

CAPÍTULO III

O ENSINO ATUAL DE ARTE NA EJA

Neste capítulo irei abordar de maneira panorâmica as principais ideias que têm norteado o ensino de Arte da década de 1980 à atualidade. Esse recorte justifica-se, por que a oferta regular de ensino de Arte na EJA recebeu fortalecimento, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96. Assim, o ensino de Arte na atualidade se apoia nas ideias que surgiram de 1980 para cá.

As concepções de estudiosos sobre o ensino de Arte, surgidas a partir dessa década tomam por base o entendimento de que a Arte além de ser expressão, é também uma forma de conhecimento. Defendem o ensino de Arte com base no fazer, ver e compreender Arte.

Essa concepção serviu para estruturar as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais para a área de Arte, lançados em 1997 e têm servido de referência para o ensino de Arte na atualidade, inclusive na Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Esclareço que a revisão da literatura sobre o ensino de arte será feito a partir das Artes Visuais, pois, tradicionalmente, as discussões sobre o ensino de Arte têm sido impulsionadas pelas Artes Visuais, sendo seus pressupostos posteriormente adaptados às demais áreas de ensino.

Esclareço ainda, que inicialmente pretendia investigar apenas o ensino de Artes Visuais, mas, ao iniciar a pesquisa tomei conhecimento que o ensino de Arte nas escolas selecionadas era ministrado de forma polivalente; ou seja, abrange Artes Visuais, Arte Cênica, Música e Dança

3.1. Relembrando o ensino das Artes Visuais de 1980 à atualidade

Tendo em vista a importância dos princípios de Paulo Freire para educação brasileira, esse subtítulo trata do período do surgimento de uma proposta para o ensino das Artes Visuais, que tem seus princípios baseados na educação crítica, criada por Paulo Freire.

A década de 1980 foi marcada pela organização política dos Arte/Educadores de forma mais ordenada, buscando novos horizontes para o ensino da Arte. Assim, os professores procuravam obter o fortalecimento em associações de professores e pesquisadores, articuladas em festivais de Arte e em congressos regionais, organizados pela Associação de Pesquisadores em Artes Plásticas – ANPAP e pela Federação dos Arte-Educadores do Brasil – FAEB.

A necessidade de assumirmos o compromisso de ampliar o acesso a maioria da população aos domínios estéticos e artísticos, por meio de uma educação de qualidade, se fez presente.

Percebendo e conhecendo as mudanças de novos paradigmas para o ensino de Arte, Ana Mae Barbosa em 1983 apresenta e sistematiza no tradicional Festival de Inverno, em Campos do Jordão, São Paulo, a Metodologia Triangular, atualmente conhecida como Abordagem ou Proposta Triangular. Em seguida, foi intensamente pesquisada entre 1987 e 1993 no Museu de Arte Contemporânea (MAC), da Universidade de São Paulo - USP e na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo – SME/SP, sob o comando de Paulo Freire e Mário Cortela.

Essa Proposta é composta por três ações básicas: Fazer Artístico, Apreciação e a Contextualização. O fazer artístico refere-se a criar uma imagem. O fazer é onde o aluno dá significado e sentido dentro de seu contexto cultural, além de proporcionar o despertar de habilidades e formas de construção crítica, em seu jeito de sentir e ver o objeto representado.

Com relação ao fazer artístico, BARBOSA (1998, p. 39), ressalta: O erro mais grave é o de restringir o fazer artístico, parte integrante da triangulação, à realização de obras. A autora faz referência a cópias, que não permite ao aluno criar significados simbólicos no trabalho, e que geralmente, essas representações são resgatadas da memória por meio de suas experiências vivenciadas em seu contexto cultural. Da mesma forma, castra o desenvolvimento do senso crítico do aluno em representar o objeto da forma desejada.

O fazer artístico tem uma referência direta com a construção social, histórica e cultural do ser humano, pois a obra de arte ou imagem é uma representação provinda de experiências vivenciadas, desejos ou sonhos, que estão contidas nestes contextos.

O apreciar ou leitura de obras de arte é a *percepção* dos elementos que compõem a imagem observada, buscando na fruição (próprias experiências) por uma

relação dos elementos dessa composição artística, para poder dar significado. Nessa visão, a fruição é vista como conhecimento assimilado.

O contextualizar é um questionamento em torno dos elementos da composição artística ou imagem. Por meio do mediador, o aluno vai percebendo sua composição, interpretando a ideia do autor na obra; ao mesmo tempo em que busca em suas experiências um significado. Dessa forma o indivíduo estabelece relações, e entra no contexto sócio, político e cultural em que a obra foi produzida.

Com relação ao contextualizar, BARBOSA (1998), ressalta: contextualizar é estabelecer relações (p. 38). Neste sentido a contextualização no processo ensino-aprendizagem é uma porta aberta para a interdisciplinaridade. A autora faz referência a relação, ou diálogo entre duas ou mais disciplinas diferentes existente no currículo escolar.

Estas ações articuladas tornam-se metodologia, podendo ser elaboradas sem ordem hierárquica. De acordo com BARBOSA (1998, p. 41),

A Abordagem Triangular é construtivista, interacionalista, dialogal, multiculturalista e é pós-moderna por tudo isso e por articular arte como expressão e como cultura na sala de aula, sendo esta articulação o denominador comum de todas as propostas pós-moderna do Ensino da Arte que circulam internacionalmente na contemporaneidade.

A Proposta Triangular foi sistematizada a partir das condições estéticas e culturais da atualidade, na qual o ensino de Artes Visuais caracteriza-se pela entrada da imagem, sua decodificação e interpretação.

Neste contexto, os conhecimentos originados e obtidos na Biologia, nas Ciências Sociais e Humanas, Letras e Arte, na Matemática, apresentam-se necessárias, e presentes nas atividades cotidianas do ser humano.

Sendo assim, o ensino de Artes Visuais na atualidade está diretamente relacionado ao desenvolvimento cognitivo e suas potencializações, obtidas por meio dessas relações interdisciplinares.

Portanto, para a construção de uma educação que cause o resultado pretendido, os educadores devem ser perceptíveis buscando conhecimento de forma coletiva, fazendo uso de um método que corresponda com as exigências do mundo atual, sem esquecer, de utilizar os velhos conhecimentos em benefício da conquista de novos. Concordando com, FAZENDA (2001, p. 16),

[...] Negar o velho, substituindo-o pelo novo, é um princípio oposto a uma atitude interdisciplinar na didática e na pesquisa em educação.
 [...] Negar o velho é uma atitude autoritária.

A autora faz referência a direção que caminha o ensino. Ele se volta para um âmbito de percepção do aprendizado anterior, que propiciará o princípio do desenvolvimento cognitivo na atualidade; ou seja, o conhecimento se adquire com a percepção consciente do que foi vivenciado, ou aprendido no contexto total do ser humano.

Sendo assim, característica clara na interdisciplinaridade é considerar o que foi aprendido anteriormente (o velho ou antigo); afinal, o novo nada mais é que o velho ou antigo reformulado e adaptado para o mundo atual.

Estudos posteriores de BARBOSA (1998; 2002A; 2002B), RICHTER (2002; 2003) e EFLAND (2005), visando os caminhos que a Arte seguiria, concluíram que o ensino de Arte como conhecimento está baseado no interculturalismo, interdisciplinaridade e na aprendizagem dos conhecimentos Artísticos; ou seja, a base do ensino/aprendizagem de Arte se dá a partir da inter-relação entre o fazer, o ler e o contextualizar Arte. BARBOSA (2002B, p. 19), em seu livro *Inquietações e Mudanças no Ensino da Arte* explica:

[...] enquanto termos multicultural e pluricultural pressupõe a coexistência e mútuo entendimento de diferentes culturas na mesma sociedade, o termo intercultural significa a interação entre diferentes culturas.

Dessa forma, os professores de Artes Visuais chegam a atualidade trabalhando e percebendo a importância do desenvolvimento cognitivo com suas potencializações, além de conceber a Arte como construção social, histórica e cultural. Neste sentido, é necessário a proximidade professor e aluno, para que juntos possam conhecer o “novo”, e a partir daí serem mediatizados pelo conhecimento. De acordo com FREIRE (2002, p. 58),

Para ser um ato de conhecimento, o processo [...] demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo. Aquela em que os sujeitos do ato de conhecer (educador - educando; educando - educador) se encontram mediatizados pelo objeto a ser conhecido.

As condições atuais a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN consagrou o ensino de Arte considerando como área do conhecimento, embora tornando o desafio mais amplo, após vigorar os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs – Arte em 1997, que emancipa as linguagens artísticas. Dessa forma a estrutura do ensino dessa disciplina terá que se reorganizar, uma vez que os PCNs referem-se às linguagens artísticas (Artes Visuais, Arte Cênica, Música e Dança), como disciplinas autônomas com conteúdos específicos, extinguindo o ensino polivalente de Arte.

Por outro lado, os professores em sala de aula terão que usar da percepção, inteligência, da imaginação, da re-elaboração, e principalmente da capacidade crítica; tendo em vista o amplo campo propiciado pelas novas tecnologias, associadas ao poder exercido pelas imagens sobre os indivíduos.

A atualidade está sendo marcada pela velocidade da evolução tecnológica e o consumismo, acompanhado pela propagação de imagens. Assim, nos espaços de circulação midiática do meio digital, nas cidades, nas mídias impressas, televisão, vídeo e cinema multiplica-se em uma profusão de transmissões imagéticas, com objetivo de seduzir ou até mesmo induzir o público.

Esse avanço tecnológico propicia à mídia uma propagação instantânea e seqüente de imagens, criando um mundo atraente e significativo, de maneira que muitas vezes nem dê tempo para o receptor contextualizar as mesmas. Chegamos a verdadeira época dos ditados: “é ver para crer!”; “uma imagem vale mais que mil palavras”; “só acredito vendo!”.

Uma imagem pode transmitir pensamentos, ideias ou eventos, situação em que as palavras sozinhas às vezes não podem fazer. Elas podem incitar a revolta, como por exemplo, as fotos das pilhas de cadáveres de vítimas do Holocausto, além de trazer-nos face a face com as piores desumanidades que podem nos deixar pasmos.

Da mesma forma trazem lágrimas aos olhos, levanta nossos ânimos, ou nos deprime. FREEDMAN (2005, p. 126) faz referência as imagens, no que diz respeito a solidificação de determinados fatos e artefatos: Imagens são uma força poderosa de representação. [...] Além da beleza, estética, uma imagem personifica um significado.

Conhecendo o poder exercido pela imagem, a educação em Artes Visuais se volta a valorização do conhecimento assimilado pelo indivíduo. Esse conhecimento por sua vez é adquirido por meios informais, em sua maioria por meio das imagens;

ou seja, é inconsciente e o indivíduo não percebe. Segundo BARBOSA (1998, p. 138),

[...] a maior parte de nossa aprendizagem informal se dá através da imagem e parte desta aprendizagem informal é inconsciente. A imagem nos domina porque não conhecemos a gramática visual nem exercitamos o pensamento visual para descobrir sistemas de significação através das imagens.

Todo esse poder exercido pela imagem sobre as pessoas, mesmo elas reelaborando o que veem, só reforça a necessidade de buscarmos meios de decifrar, ou tentar interpretar de forma crítica aquilo que nos circunda diariamente, tentando nos seduzir com uma imagem que não corresponde a face real do que é proposto.

O mundo contemporâneo está sendo seduzido pela imagem, um bom exemplo é a nova geração de jovens, vestem-se de acordo com marcas ou grife que se encontra em alta na mídia, ou desejam possuir o último lançamento de celulares, pois a mídia ressalta que é o melhor. Promovem a palavra “lançamento”. Essa palavra para eles é tentadora e irresistível!

Tudo isso é propiciado pela sedução das imagens, contidas em nosso entorno. Sobre essas transformações sociais de consumo na contemporaneidade, MOMO (2008, p. 05), relata:

Entre as configurações desse surpreendente mundo contemporâneo, está o vertiginoso volume de informações, o excesso de imagens que passam por nós (e pelas quais passamos: outdoors, revista, televisão, internet etc.), a efemeridade de bens materiais e culturais, a demasiada oferta de bens e serviços de consumo, a globalização de mercadorias, de modo de vida e de costumes. [...] Em um mundo altamente tecnológico, velocidade e fugacidade compõem um estado de constante insatisfação e obsolescência: Sempre há algo de novo a que não temos acesso, e parece que nunca atingimos a linha de chegada.

No livro “Catadores da Cultura Visual” de Fernando Hernández (2007), ele provoca o leitor a analisar que a cada confronto com as imagens cotidianas, é produzido um novo olhar ou forma de ver o mundo, ver os outros e até a nós mesmos.

Dessa forma, advogo que sejamos perceptíveis e estejamos sempre de prontidão ao observar uma imagem, da mesma forma na escolha das mesmas, para

exercícios de leitura e contextualização em sala de aula, já que esse exercício de acordo com BARBOSA (1995, p. 14),

[...] prepararia os alunos para a compreensão da gramática visual de qualquer imagem, artística ou não, na sala de aula de artes, ou no cotidiano, e que torná-los conscientes da produção humana de alta qualidade é uma forma de prepará-los para compreender e avaliar todo tipo de imagens, conscientizando-os do que estão aprendendo com essas imagens.

Alguns professores observam todas essas mudanças no contexto cultural, entretanto, nem sempre estão preparados para trabalhar imagens em sala de aula; nem na escolha, nem na qualidade da imagem a ser trabalhada. Segundo BARBOSA (1998, p. 38),

[...] os professores, tradicionalmente, no Brasil, tem medo da imagem na sala de aula. Da televisão às artes plásticas, a sedução da imagem os assusta, porque não foram preparados para decodificá-las e usá-las em prol da aprendizagem reflexiva de seus alunos.

Portanto, a necessidade de educação continuada e condições de trabalho sempre permearam a atuação do professor, principalmente no mundo atual com todo avanço tecnológico; mesmo assim, o Estado não fornece condições básicas aos mesmos, e ainda são mal remunerados.

Da mesma forma, o professor também necessita rever sua atuação em sala de aula, para que possa direcionar o melhor caminho a seguir. Com relação a esse feedback (informação sobre o desempenho do professor), a escola deveria proporcionar reuniões envolvendo professores, alunos e pais, visando discutir melhores condições para sua atuação, ensino aprendizagem dos alunos, entre outros assuntos; ou seja, já que o Estado não oferece condições necessárias ao professor, a escola poderia auxiliá-lo nesse feedback.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico – PPP, do Departamento de Artes Visuais da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, aprovado pela RESOLUÇÃO Nº 48/2006, o Art. 1º, § 2º com relação a definições relativas ao perfil profissional do egresso do curso, ressalta:

O egresso do Curso de Artes Visuais será um profissional dotado de formação intelectual e cultural, crítica e competente em sua área de atuação, com capacidade criativa, reflexiva e transformadora, nas

ações culturais e artísticas inerentes ao seu mercado de trabalho e ao mundo contemporâneo.

Tendo em vista esse perfil profissional para egresso no curso de Licenciatura Artes Visuais, e visando diminuir as dificuldades no ensino/aprendizagem nessa disciplina, sugiro se possível, trabalhar como um Professor/Artista⁹, mesmo com poucas condições e recursos; afinal o professor em sala de aula é responsável pelo desenvolvimento intelectual do aluno, e, principalmente se tratando da contemporaneidade com todo avanço tecnológico.

Dessa forma, lembro que esse professor seja **Amigo** de seu aluno, para que possa conhecer melhor seu mundo e valorizá-lo; **Perceptivo** em estar sempre de prontidão, observando as mudanças ao seu entorno; **Mediador**, pois ele será a ponte entre o seu conhecimento, o conhecimento do aluno e o objeto de estudo; **Criativo**, no sentido de como fazer uso eficaz da “proposta triangular”; **Crítico** em defesa do aluno na escolha de materiais a ser utilizado em sala de aula; **Dinâmico**, por viabilizar trabalhos por projetos interdisciplinares, fazendo uso dos três eixos básicos da triangulação; e por fim **Atualizado**, sempre buscando novos conhecimentos que surgem com o passar dos anos, associados aos conhecimentos anteriores.

Portanto, com estas características do “Professor/Artista”, o mesmo se beneficia se for um **Amigo** de seu aluno, pois é necessário; afinal seu conhecimento é primordial na eficiência do aprendizado por meio dos pressupostos de Paulo Freire. **Perceptivo** se ver o trabalho por projeto com a Proposta Triangular, como aprendizagem contínua. **Mediador**, se usar de seu conhecimento com coerência na orientação do aluno. **Criativo**, em questionar e problematizar as dificuldades dos mesmos em busca de solução, pois isso desenvolve o senso crítico; além de orientar por projetos que contribuam para seu desenvolvimento cognitivo. **Crítico** no sentido da escolha de temas, contextos e materiais a serem trabalhados. **Dinâmico** em dar atenção e praticar uma mediação uniforme com seus alunos, satisfazendo-os. **Atualizado**, percebendo as mudanças no ensino contemporâneo das Artes Visuais, com suas influências tecnológicas.

⁹ A referência de Professor/Artista parte da sugestão da pedagogia crítica, que sugere criar novas linguagens inseridas nas práticas pedagógicas, visando ativar as relações entre professor e aluno, ao mesmo tempo melhorando o ensino/aprendizagem em Arte de forma criativa. GIROUX, Henry. A. **Cruzando as Fronteiras do Discurso Educacional**. Porto Alegre. Artes Médicas Sul, 1999.

O autor GIROUX (1999, p. 187), faz referência a esse termo:

[...] como uma forma de política cultural, a pedagogia crítica sugere inventar uma nova linguagem para re-situar as relações entre professor e aluno dentro de práticas pedagógicas que abrem, em vez de fechar, as fronteiras do conhecimento e da aprendizagem. O autor ainda afirma: [...] O isolamento histórico das pessoas que trabalham nas escolas dos outros trabalhadores culturais precisa ser superado.

Portanto, no ensino de Artes Visuais temos que compreender a Arte como uma Construção Social, Histórica e Cultural. Ensino de Artes Visuais como Construção Social, já que a educação partirá da experiência de vida de cada ser humano. Histórica, no sentido tanto referente a épocas, quanto a narrativas históricas que envolvem pessoas, cidades, países, entre outros. Cultural, pois cada indivíduo tem sua cultura, da mesma forma, a família, a cidade, o estado e o país.

De acordo com o PPP de Artes Visuais, aprovado pela RESOLUÇÃO N° 48 / 2006, o Art. 1º, § 2º com relação a definições relativas a Competências, Atitudes e Habilidades do professor, destaco procedimentos tais como: Orientar as escolhas e decisões metodológicas e didáticas por princípios éticos, políticos e estéticos e por pressupostos epistemológicos coerentes; planejar e implementar atividades de ensino em Artes Visuais; conceber ou articular procedimentos metodológicos na perspectiva da inclusão social e cultural; ter a capacidade de observar, identificar, selecionar, sistematizar, relacionar, analisar, sintetizar e re-elaborar as informações referentes às Artes Visuais articulando-as com o contexto atual; ter conhecimento e vivência dos materiais e das técnicas da área de Artes Visuais; atuar e intervir na produção e disseminação de conhecimentos em Artes Visuais; ter conhecimento e vivência dos materiais e das técnicas da área de Artes Visuais e atuar e intervir na produção e disseminação de conhecimentos em Artes Visuais.

Assim o Ensino das Artes Visuais contemporâneo tem como um dos pilares os princípios Freireanos, com a educação voltada a valorização cultural de cada indivíduo, instrumentalizada pela Proposta Triangular e suas três vertentes: o fazer artístico, o apreciar e o contextualizar.

Ao discorrer sobre a importância da Arte na formação humana, a professora Livia Carvalho, embasada em pesquisa realizada sobre o ensino de Artes em Organizações Não-Governamentais – ONGs, conclui que a Arte, quando ensinada de

maneira consistente, contribui significativamente para o desenvolvimento integral do educando. Segundo a autora (CARVALHO 2009, p. 28),

[...] é necessário criar condições para que todos tenham acesso ao saber e à arte, pois a arte é sempre produto de uma cultura e de um determinado período histórico, além de revelar aspectos essenciais da condição humana. Por ser construída socialmente a arte é interprete de uma realidade social. A ampliação das referências estéticas cria condições para que os indivíduos desenvolvam a compreensão acerca do mundo e de si próprio, interpretem sua própria realidade e se posicionem criticamente diante dela. Na complexidade do mundo contemporâneo, como Ana Mae Barbosa vem insistindo, o saber interpretativo é tão importante quanto o saber científico, pois permite que o indivíduo estruture cognitivamente sua prática de vida a fim de transformá-la.

Assim, o foco a não perder de vista, é que se trabalhando ensino de Arte na Educação de Jovens e Adultos – EJA, o objetivo principal é possibilitar que os alunos sejam capazes de entender e se expressarem através de sintaxes, ou códigos, que possam ser reconhecidos e valorizados em seu contexto sociocultural no qual estão inseridos; e acima de tudo, que se tornem seres críticos e autônomos em suas vidas cotidianas.

3.2. Arte na Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio na atualidade

A educação brasileira na atualidade, em especial a educação em Arte no Ensino Médio na EJA, se volta à valorização das experiências cotidianas do indivíduo, pois é a partir dela que o mesmo constrói sua visão de mundo, como interagir e nele se inserir. Assim, o ensino de Arte busca compreendê-las, e por meio de métodos adequados a esse público da EJA, visa ampliar esse conhecimento, para que possam utilizar em sua vida cotidiana. Concordando com os Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (BRASIL 1998, P. 08),

O novo Ensino Médio, nos termos da Lei, de sua regulamentação e encaminhamento, deixa, portanto de ser apenas preparatório para o ensino superior ou estritamente profissionalizante, para assumir a responsabilidade de completar a educação básica. Em qualquer de suas modalidades, isso significa preparar para a vida, qualificar para a cidadania e capacitar para o aprendizado permanente, seja no eventual prosseguimento dos estudos, seja no mundo do trabalho.

Portanto, o ensino em Arte no Ensino Médio busca métodos a partir das experiências de vida acumulado pelo aluno da EJA, visando facilitar e obter êxito no ensino aprendizagem dessa disciplina, tendo em vista que grande parte desses indivíduos tem pouco conhecimento na área de Arte. Grande parte dos alunos da EJA não fazem distinção entre as linguagens artísticas e seus códigos vistos no cotidiano, a exemplo da televisão, revistas, obras de arte, quadrinhos, filmes, dança, vídeo, entre outros. Nesse sentido fica claro que houve e que há uma educação superficial em Arte. Os Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio (BRASIL 2000, p. 46), faz referência:

Nas escolas de Ensino Médio no Brasil, ao longo do século XX, nem sempre a Arte tornou-se conhecida pelos alunos com maior envergadura e dinâmica sócio-cultural como se apresenta na vida humana. Embora haja exceções, muitos dos adolescentes, jovens e adultos, estudantes do Ensino Médio em nosso país, não puderam, nas escolas, conhecer sobre Música, Artes Visuais, Dança e Teatro, principalmente como linguagens artísticas e códigos correspondentes.

Todavia, conduzir o ensino aprendizagem em Arte é necessário, e de extrema importância que os professores aperfeiçoem suas práticas pedagógicas, adequando-se a realidade tanto dos alunos, quanto da escola, permitindo que o ensino de Arte ocorra de forma eficiente a esse alunado da EJA.

Para tanto, também é necessário políticas públicas direcionadas a melhores condições e recursos aos professores, para que os mesmos percebam que por meio da Arte os alunos podem adquirir uma nova visão ampliada de mundo, ao mesmo tempo contempla o ensino de Arte como área do conhecimento, valorizando-a.

A Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394) de 20 de dezembro de 1996, em seu Art. 26, §2º deixa claro: O ensino de Arte constituirá componente obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

Da mesma forma a Lei estabelece no Título IV, Art. 9º, no IV item, deixa a cargo, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estabelecer competências e diretrizes para o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum.

Assim, em 1998 o Ministério da Educação – MEC lança as Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: Linguagens Códigos e suas Tecnologias. Esses PCNEM apresentam de forma detalhada as competências, habilidades, conteúdos, Conceitos e avaliações a serem desenvolvidos no ensino de Arte. Da mesma forma, esclarece que as linguagens artísticas, Artes Visuais, Arte Cênica, Música e Dança, tornam-se disciplinas independentes, cada uma com seus conteúdos, competências e habilidades específicas. Dessa forma teremos uma educação de qualidade em Arte, em vez de uma educação polivalente e superficial que de certa forma denigre a imagem do ensino de Arte. Todavia, essa prática prevalece até os dias atuais. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (BRASIL 1998, p. 182),

[...] Significa, sim, a busca de pontos de interseção e, por vezes, a ênfase na separação entre as áreas e disciplinas, de modo a garantir que à classificação dos conteúdos de ensino de cada disciplina corresponda também a possível articulação entre conteúdos de diferentes disciplinas. Existem, portanto, competências e habilidades específicas que dizem respeito ao conhecimento da arte e outras, que podem ser comuns a várias disciplinas ou áreas de conhecimento ou a questões sociais da atualidade.

Por outro lado, essa separação das linguagens artísticas fortalece o ensino de Arte, e cabe ao professor da EJA, por meios culturais, perceber e tratar essa disciplina como área do conhecimento buscando e sabendo que há um vasto campo a explorar, a exemplo das questões sociais da contemporaneidade tratadas por meio dos temas transversais.

Assim, o professor pode trabalhar o repertório cultural que os alunos trazem para escola, o contexto em que a escola está inserida, produtos produzidos nas comunidades dos alunos, além de conteúdos de diversas épocas e culturas, escolhidos a partir das opiniões dos alunos. De acordo com Duarte Júnior (1988, p. 25),

[...] uma educação que apenas pretenda transmitir significados que estão distantes da vida concreta dos educandos, não produz aprendizagem alguma. É necessário que os conceitos (símbolos) estejam em conexão com as experiências dos indivíduos.

A atualidade está sendo marcada pela rápida expansão tecnológica, mesmo tendo permeado toda existência humana, afinal o homem sempre buscou meios tecnológicos para facilitar sua vida cotidiana. Todavia, essa expansão tecnológica que acompanha nosso dia a dia, sem distinção de espaço físico, faz presente a necessidade de mão de obra cada vez mais qualificada.

Assim, é necessário aos professores de Arte da EJA, bem como o alunado, compreender os princípios tecnológicos contemporâneos para contribuir com o desenvolvimento do país, bem como desenvolver a consciência crítica perante possibilidades de soluções de problemas pessoais, sociais ou políticos, fazendo uso dos novos meios. Os Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio (2000, p. 11/12), faz referência:

As novas tecnologias da comunicação e da informação permeiam o cotidiano, independente do espaço físico, e criam necessidades de vida e convivência que precisam ser analisadas no espaço escolar. A televisão, o rádio, a informática, entre outras fizeram com que os homens se aproximassem por imagens e sons de mundo antes inimagináveis.

Dessa forma, as novas tecnologias da comunicação e informação não podem ser vistas e entendidas meramente como uma máquina que necessita de qualificação para utilizá-la. Ela faz parte de nossas vidas facilitando nosso cotidiano, e de certa forma mudando nossa forma de pensar, sentir, agir, viver e ver, por meio da organização de seus gêneros, recursos e formatos, que objetivam reproduzir a dinâmica do mundo pós-moderno; ou seja, é uma reprodução e propagação da pluralidade do mundo, constituindo uma fonte de informação e conseqüentemente uma expansão de conhecimentos para os indivíduos. Discorre a autora Ana Mae Barbosa (2008), Saber ver e avaliar a qualidade do que passa na tela do computador é ser crítico e atual (p.110).

Portanto, temos que buscar em nossas experiências vivenciadas o significado para o que estamos vendo, o que exige da nossa capacidade de ler e interpretar a arte digital; afinal, o que vimos na internet está contido nos valores culturais e depende de significações atribuídas. Ainda assim, transparece o desinteresse de alguns professores de Arte no Ensino Médio da EJA em perceberem e praticarem o ensino de Arte, visando o desenvolvimento cognitivo dos alunos para que possam utilizar esse conhecimento em seu cotidiano.

A partir daí penso: Visto a rapidez da evolução tecnológica em todos os campos, e diante das constantes modificações culturais, políticas e sociais da atualidade, como o professor constituirá um método de abordagem nas aulas de Arte na EJA, se não houver o conhecimento aprofundado dessas significativas mudanças? Assim, o ensino de Arte para EJA propõe que o aluno possa conhecer e explorar as diferentes linguagens artísticas, com seus vários materiais, instrumentos e procedimentos existentes nessa disciplina, objetivando expandir seu repertório expressivo, sua capacidade de visão e compreensão do mundo contemporâneo, para que tenha capacidade de argumentar e defender suas ideias. Concordando com os PCNEM: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (BRASIL 1998, P. 179),

[...] Os conhecimentos artísticos e estéticos são necessários para que a leitura e a interpretação do mundo sejam consistentes, críticas e acessíveis à compreensão do aluno. Além de contribuir para o desenvolvimento pessoal, tais saberes podem aprimorar a participação dos jovens na sociedade e promover a formação de sua identidade cultural.

O aluno da EJA também precisa conhecer e ter acesso aos meios tecnológicos modernos, que não faz parte de seu cotidiano como as aulas informatizadas de Arte, expostas por meio de *note book* e *data show*. Temos que compreender, que muitas vezes o aluno só tem acesso para conhecer, interagir com esses recursos, por meio da escola.

Essas aulas expositivas e contextualizadas expostas com o auxílio de recursos como *note book* e *data show*, podem favorecer o aprendizado dos alunos, pois possibilita ampliar o conhecimento, conhecer a produção artística realizadas nas diversas épocas e por diferentes artistas além de prepará-los para receber as informações veiculadas nos meios de comunicação e que fazem parte do cotidiano destes. A leitura do mundo através dos elementos das Artes Visuais, ou o entendimento e a capacidade de decodificação das imagens apresentadas estimulam uma conscientização tanto no que diz respeito à recepção quanto à produção das mesmas. Conforme Oliveira (2001, p. 62),

O uso da informática na educação exige em especial um esforço constante do educador para transformar a simples utilização do computador numa abordagem educacional que favoreça efetivamente o processo de conhecimento do aluno. Dessa forma, a interação com os objetos de aprendizagem, o desenvolvimento de seu pensamento

hipotético e dedutivo, de sua capacidade de interpretação e análise da realidade tornam-se privilegiados e a emergência de novas estratégias cognitivas do sujeito é viabilizada.

Dessa forma o ensino de Arte na EJA contempla os conteúdos *Conceituais*, *Procedimentais* e *Atitudinais*. *Conceituais*: estão ligados ao desenvolvimento cognitivo, envolvendo saberes referente a fatos, princípios e conceitos. Entre eles, as formas visuais, representação, comunicação, contexto sociopolítico e sociocultural das manifestações populares, música de seu próprio meio sociocultural, entre outros. *Procedimentais*: são ligados de como fazer, seja trabalhos com pintura, escultura, cenas teatrais, desenhos, composição musical etc. *Atitudinais*: Refere-se a atitude do aluno como pessoa e cidadão, diante dos colegas e das pessoas, buscar e apreciar arte.

Esses conteúdos podem ser utilizados sem ordem cronológica, exigindo apenas a participação da opinião dos alunos com relação ao interesse do assunto abordado; afinal são indivíduos críticos diante da escolha do tema abordado.

Nesse contexto, o ensino de Arte no Ensino Médio na EJA percorre os princípios de Paulo Freire com seus “temas geradores¹⁰”, auxiliada pela Proposta Triangular com seus três eixos de aprendizagem: Produzir, Apreciar e Contextualizar. Concordando com os PCNEM (2000, p. 49),

São muitos os modos de organizar o ensino e a aprendizagem na disciplina Arte e de saber integrá-la na dinâmica das outras disciplinas trabalhadas na área Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, desde que os alunos possam, de diversas maneiras, conhecer melhor as práticas e teorias de produção, apreciação, reflexão das culturas artísticas em suas interconexões e contextualizações socioculturais.

Produzir refere-se ao fazer artístico, que por sua vez depende do conhecimento adquirido e da representação, fazendo uso adequado das linguagens contidas na Arte. O apreciar refere-se a recepção, percepção, decodificação e fruição; ou seja, o aluno diante da imagem ou obra de Arte, percebe o trabalho, e busca em suas experiências vivenciadas, significados para o que está vendo e analisando. Contextualizar é estabelecer relações entre o contexto do aluno, e o trabalho

¹⁰Temas Geradores são conteúdos extraídos da problematização da prática de vida dos alunos, sendo resultado de uma metodologia dialógica.

analisado, tendo em vista, a Arte como produto social e histórico que revela as múltiplas culturas e significados.

Na Educação de Jovens e Adultos, é imprescindível para garantir o êxito no processo de ensino e aprendizagem, temas pautados na valorização de suas experiências e saberes, assim os alunos se sentirão seguros e não prejudicará seu aprendizado.

Neste contexto atua o ensino de Arte que objetiva intermediar e facilitar conhecimentos, visando ampliar o contexto cultural do alunado da EJA, para que os mesmos possam utilizar em sua vida cotidiana.

Capítulo IV

O CAMPO DE PESQUISA E SEU ARREIMATE!

Neste capítulo analiso os resultados da pesquisa realizada nas escolas de Ensino Médio objetos de estudo, que são a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio de Educação de Jovens e Adultos Professor Geraldo Lafayette Bezerra¹¹ e o Núcleo de Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio da Universidade Federal da Paraíba – NEJAEM/UFPB¹².

Entre o período de 30 de julho a 22 de setembro de 2012, estive presente na Escola Professor Geraldo em dezesseis (16) visitas, sendo seis (6) dedicadas à pesquisa em documentos da escola fornecidos pela coordenadora, uma (1) visita para aplicação de questionário a coordenadora, oito (08) acompanhando e observando as aulas nas duas turmas noturnas de primeiro ano do Ensino Médio A e B e uma (1) utilizei, com consentimento do professor, na aplicação de questionários com alunos.

O professor de Arte se disponibilizou para ser entrevistado após o horário de uma dessas aulas observadas.

Já no NEJAEM, realizei a pesquisa entre 17 de outubro de 2012 a 24 de janeiro de 2013. Foram quinze (15) visitas, sendo oito (8) pesquisando documentos do núcleo, os quais foram fornecidos pela coordenadora, seis (06) acompanhando e observando as aulas das duas turmas de primeiro ano do Ensino Médio: uma no turno da tarde, e outra no turno da noite. Em mais uma última visita apliquei questionários aos alunos.

O professor de Arte do Núcleo, também fez sua entrevista após uma das aulas observadas no horário da tarde.

Ressalto que a pesquisa no NEJAEM foi realizada em um período posterior ao da Escola Professor Geraldo, devido à greve de professores nas Universidades Federais brasileiras, ocorrida no segundo semestre do ano de 2012, a qual a UFPB aderiu. Como mencionado anteriormente, o NEJAEM é vinculado à UFPB, portanto, as atividades do NEJAEM estiveram suspensas por cinco meses.

¹¹Para uma comunicação mais rápida, doravante será tratada como por Escola Professor Geraldo.

¹²Doravante tratada apenas como NEJAEM.

Observei os seguintes aspectos: a duração da aula, atitude do professor, dinâmica das aulas, atividades realizadas em sala de aula, recursos utilizados no ensino de arte, relação professor e aluno em sala de aula, estrutura física da escola; bem como a organização, elaboração e a sistemática dos conteúdos abordados em sala de aula.

4.1. Perfil e vozes dos professores das escolas de EJA no Ensino Médio selecionadas

Nas escolas selecionadas, entrevistei dois professores de Arte¹³, que chamarei de Van Gogh, o professor da escola Professor Geraldo e Salvador Dalí o professor do NEJAEM, ambos são os únicos professores de Arte no Ensino Médio dessas escolas. Tanto o Van Gogh, quanto Salvador Dalí lecionam em duas (2) turmas. As de Van Gogh são no horário noturno, enquanto as de Salvador Dalí são no turno da tarde e noite.

O fato de ambos os professores serem do gênero masculino me chamou atenção, embora esse aspecto não esteja dentro da intenção do meu trabalho, tendo em vista que o corpo discente da educação brasileira é composto em sua maioria pelo gênero feminino, aproximadamente 71,4%, enquanto o masculino soma apenas 28,6%, segundo dados da Sinopse do Professor da Educação Básica, divulgada pelo Ministério da Educação – MEC, no final de 2010. Será que essa modalidade de ensino é pouco atraente para o sexo feminino?

Van Gogh é jovem, tem idade entre vinte (20) e trinta (30) anos, é Licenciado em Filosofia pela UFPB (2002). Possui especialização em Estética da Arte, e atualmente é estudante do Curso de Mestrado em Filosofia da UFPB.

Já o professor Salvador Dalí, tem acima de cinquenta (50) anos de idade, é Licenciado em Educação Artística (1983), com habilitação em Artes Cênicas e é mestre em Educação Popular (Movimento dos Sem Terra – MST) pela UFPB.

A partir da formação destes dois professores de Arte, me questionei: após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN de 1996 o nome Educação Artística passa a denominar-se ensino de Arte, reconhecida como área do conhecimento com conteúdos específicos para cada linguagem artística, quais sejam,

¹³A disciplina Arte nas escolas selecionadas é tratada de maneira polivalente, pois envolve o ensino das Artes Visuais, Artes Cênicas, Música e Dança.

Artes Visuais, Arte Cênica, Música e Dança. Posteriormente em 1998, o Ministério da Educação – MEC divulga os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de Arte, uma orientação oficial para o ensino de arte. Então me pergunto: como estes dois professores, Van Gogh com formação em Filosofia e Salvador Dalí com habilitação em Arte Cênica, poderão dominar a vastidão de conteúdos contidos nas quatro linguagens artísticas? Já que o ensino nas escolas de EJA observadas segue um ensino polivalente, estando, portanto em desacordo com a LDB de 1996 e com as recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, que ressalta a relevância do papel de educadores com domínio do conhecimento específico na área, para que os mesmos tenham desempenho eficiente e coerência na atuação. De acordo com os PCNEM (1999, p. 182):

Os PCNEM articularam sua proposta em Arte considerando as competências e as habilidades necessárias a uma aprendizagem mais afeita às demandas interdisciplinares. Isso não significa a supressão de conteúdos específicos de artes visuais, dança, música, teatro e artes audiovisuais. Significa, sim, a busca de pontos de interseção e, por vezes, a ênfase na separação entre as áreas e disciplinas, de modo a garantir que a classificação dos conteúdos de ensino de cada disciplina corresponda também a possível articulação entre conteúdos de diferentes disciplinas.

A experiência de Van Gogh na EJA é recente, contempla um (1) ano e três (3) meses, sendo sua primeira experiência de ensino com a EJA. O mesmo relatou que ao assumir o cargo de professor de Arte, recebeu apenas orientações de como atuar com essa modalidade de educação. Já o professor Salvador Dalí, tem uma vasta experiência nessa modalidade de educação somando doze (12) anos.

Os dois professores dizem reconhecer que o ensino de arte é muito importante para essa modalidade de ensino. Ambos ressaltam a importância do ensino de Arte como expressão e comunicação. Seguem, portanto, o conceito modernista da Arte, que concebia a Arte como expressão e o ensino era baseado no fazer artístico.

Pela Arte podemos lidar com as expressões cotidianas. A Arte é o caminho para que os alunos expressem o que não podem falar com palavras (Van Gogh).

Importantíssimo, pois a Arte é a expressão humana, por onde o mesmo se comunica através das linguagens artísticas. O homem buscou se expressar de outro modo. Por meio da Arte e não por palavras faladas. Trabalhar Arte e trazer para escola esse

esclarecimento sobre a comunicação e expressão é importante (Salvador Dalí).

Em relação a como os professores se sentem sendo educadores da EJA, os professores afirmam sua satisfação em trabalhar nessa escola em particular, pois segundo os professores a EJA oferece vantagem, tais como, mais segurança, os alunos demonstram mais interesse pelos estudos e são mais participativos que os alunos das escolas regulares.

Se eu pudesse passava a vida na EJA. Uma unidade segura diante de outras escolas, além de lidar com adultos, que se interessam pela aula (Van Gogh).

É muito bom e pela minha forma de ensino, eu não teria estrutura para ensinar adolescentes. Já EJA é mais adulto, é ótimo de trabalhar, pois eles são participativos (Salvador Dalí).

A carga horária para a disciplina de Arte, nas duas escolas é de uma aula semanal por turma, com tempos distintos: na Escola Professor Geraldo e no NEJAEM as aulas noturnas têm duração de quarenta e cinco minutos, já as aulas diurno do NEJAEM compreendia cinquenta minutos.

Na Escola Professor Geraldo, Van Gogh que é professor concursado pelo Estado, leciona aulas noturnas nas segundas feiras, no primeiro horário (19:00) destinada ao primeiro ano no Ensino Médio A, e o segundo (19:45), ao primeiro ano B, com carga horária semanal de noventa minutos (1:30 hs). Todavia, sua carga horária semanal somada com turmas do semipresencial nesta mesma escola, é de vinte (20) horas aulas; além de seis horas aulas semanais ministradas em outra instituição particular de ensino, totalizando vinte e seis (26) horas aulas semanais. Vale ressaltar que a duração das aulas noturnas, quando no primeiro horário, fica prejudicada por causa do freqüente atraso dos alunos.

Já no NEJAEM, Salvador Dalí leciona às terças feiras no turno da noite (19:00) primeiro horário, com duração de quarenta minutos, e nas quintas feiras (16:20) com duração de cinquenta minutos. Por ser professor concursado e pertencer ao quadro de professores permanente do Ensino Médio da UFPB, servindo ao Núcleo, compreende uma carga horária semanal de noventa e cinco minutos (1:35 hs), com as duas turmas de primeiro ano. Contudo, somando sua carga horária com outras turmas como

História do Brasil, História Geral e Cursinho Pré-Vestibular, que o mesmo leciona no NEJAEM, compreendem quinze (15) horas aulas semanais.

Diferente da Escola Professor Geraldo, as aulas noturnas do NEJAEM tiveram o aproveitamento total do tempo, pois os alunos chegavam no horário correto. Esse fato implica na apresentação total do conteúdo previsto pelo professor para as aulas, e isto se reflete no maior interesse que os alunos demonstraram pelas aulas de Arte.

Durante o período de minha observação em sala de aula, constatei que tanto na Escola Professor Geraldo, quanto no NEJAEM se perde muito tempo com a entrada dos alunos na sala de aula, esperar os alunos se organizem nas suas cadeiras, acalmem os ânimos e fazer chamada. Ao realizar essas atividades já se foram, pelo menos quinze minutos no horário das aulas, tempo bastante limitado tendo em vista que a carga horária destinada para a disciplina Arte já é reduzida. Assim as aulas se restringem há trinta minutos, já que o tempo compreende quarenta e cinco minutos, o que é insuficiente para que os conteúdos programáticos sejam transmitidos adequadamente.

Tendo em vista o curto tempo destinado as aulas de Arte, questionei os professores sobre o cotidiano escolar, perguntando quais os conteúdos de maior interesse dos alunos, e quais as dificuldades de ministrá-los.

São questões associados ao cotidiano das pessoas e vidas. A minha dificuldade é entrar no ritmo de vida deles para entender, e a falta de recurso pedagógico para o ensino de Arte, como o livro didático e uma sala específica, além do tempo curto (Van Gogh).

Assuntos trabalhados que os alunos se interessam, está relacionado à pintura, significado das cores, teatro no Brasil, atuação do ator, cenário teatral. A dificuldade maior é o tempo curto, depois é avaliar os alunos para dar nota (Salvador Dalí).

O interesse dos alunos está relacionado ao cotidiano das pessoas, vidas e épocas, a pintura com suas cores e significados, ao teatro e suas relações, embora tanto Van Gogh, quanto Salvador Dalí, relatam a falta de estrutura para aula de Arte, como uma sala específica e a falta do livro didático, além do tempo curto da aula. A partir daí, perguntei-os o que mais gostam, e o que menos gostam em seu trabalho na escola?

A disposição do aprendizado do aluno. Gosto de ensinar a adultos. Ruim é a falta de estrutura, pois não tem sala de aula específica, nem livro de Arte, e o tempo é curto (Van Gogh).

Gosto de dar aula a adultos, eles são participativos. O tempo que é curto, A falta de uma sala específica para ensinar Arte e a falta de um livro didático dificulta (Salvador Dalí).

Os professores diferenciam-se em aspectos como idade, formação e tempo de experiência de magistério. A formação é um aspecto de suma importância, pois reflete diretamente no ensino/aprendizado dos alunos em sala de aula. Tendo em vista que o ensino de Arte nas escolas observadas ser ministrado de forma polivalente requer que os professores tenham a necessidade de ter um conhecimento mais amplo, para que seja capaz de abranger os conteúdos de cada linguagem artística com segurança. No entanto, é digno de atenção o fato dos dois professores terem procurado se capacitar realizando cursos de pós-graduação.

Sendo o ensino de Arte praticado de forma polivalente, tende a ser ministrado de maneira superficial, devido à dificuldade dos professores terem domínio sobre um assunto tão amplo contido nas quatro (4) linguagens artísticas (Artes Visuais, Arte Cênica, Música e Dança).

4.2. Perfil e vozes de alunos participantes de escolas de EJA selecionadas no Ensino Médio em João Pessoa – PB

Os alunos que buscam a EJA, no primeiro ano do Ensino Médio na Escola Professor Geraldo, são indivíduos que, em geral, já estão inseridos no mercado de trabalho, ocupando os mais variados cargos, tais como: diarista, pintor de paredes, auxiliar de serviços gerais, auxiliar de produção, babás, atendente, vendedora, empregada doméstica, eletricitista, do lar, entre outros.

Na caderneta do primeiro ano A do professor Van Gogh, consta trinta e cinco (35) alunos matriculados, enquanto no primeiro ano B trinta e quatro (34) alunos. Van Gogh estima que haja uma evasão entre 35% a 40%, o que confere com a realidade observada, pois constatei em sala de aula, uma média entre quinze (15) e vinte (20) alunos presentes por turma.

Da mesma forma os alunos que buscam o NEJAEM da UFPB são indivíduos com as mais diversificadas profissões, tais como: estudantes, músicos, agente de

saúde, auxiliar de produção, vendedoras, garçom, moto boy, motorista, auxiliar de serviços gerais, dona de casa, caixa, costureira, Militar, servidor público, entre outros.

O Núcleo oferece duas turmas de primeiro ano no Ensino Médio, sendo uma no turno da tarde, e outra no turno da noite. As aulas do primeiro ano tarde ocorreram no CA, bloco F, e de acordo com a caderneta do professor Salvador Dalí, a turma foi composta por cinquenta e sete (57) alunos matriculados, com uma evasão estimada entre 30% e 40%.

Já as aulas do primeiro ano noturno, ocorreram no bloco B do Centro de Tecnologia - CT, e de acordo com a caderneta do professor Salvador Dalí, a turma era composta por sessenta e quatro (64) alunos matriculados, com estimativa entre 30% e 40% de evasão. Em minha análise das aulas de Arte, constatei uma média entre vinte e cinco (25) e trinta (30) alunos presentes. Curiosamente, o índice de evasão nessa turma, é menor que as demais, em torno de 30%.

Vale ressaltar que os alunos dessa turma noturna do NEJAEM, foi a mais pontual nos horários das aulas, se destacando também, pelo maior frequência dos alunos entre as demais turmas relatadas anteriormente de primeiro ano no Ensino Médio.

A evasão é uma questão antiga nas escolas brasileiras, que ocorre devido aos mais variados problemas. De acordo com FERREIRA (2011, p. 02),

[...], são várias e as mais diversas as causas da evasão escolar ou infrequência do aluno. No entanto, levando-se em consideração os fatores determinantes da ocorrência do fenômeno, pode-se classificá-las, agrupando-as, da seguinte maneira: Escola: não atrativa, autoritária, professores despreparados, insuficiente, ausência de motivação etc; Aluno: desinteressado, indisciplinado, com problema de saúde, gravidez, etc; Pais/responsáveis: não cumprimento do pátrio poder, desinteresse em relação ao destino dos filhos etc; Social: trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos, agressão entre os alunos, violência em relação a gangues etc.

A evasão dificulta o domínio da leitura e da escrita de muitos brasileiros que permanecem a vida inteira sem escolarização adequada. Isso reduz a possibilidade de se tornarem cidadãos autônomos, causando prejuízos tanto de ordem pessoal quanto de ordem social.

A rápida evolução tecnológica em todas as áreas de atuação profissional, afirma a necessidade de cada indivíduo está atualizado, e a escola tem que estar preparada

com profissionais responsáveis, criativos e dinâmicos, para que possam ser capazes de receber e formar com qualidade, esses jovens e adultos, fruto da desigualdade social, que recorrem à escola em busca de uma melhoria de vida. Conforme Arroyo (1997, p. 23),

{...}, na maioria das causas da evasão escolar, a escola tem a responsabilidade de apontar a desestruturação familiar, e o professor e o aluno não têm responsabilidade para aprender, tornando-se um jogo de empurra. Sabe-se que a escola atual é preciso estar preparada para receber e formar estes jovens e adultos que são frutos dessa sociedade injusta e, para isso é preciso professores dinâmicos, responsáveis, criativos, que sejam capazes de inovar e transformar sua sala de aula em um lugar atrativo e estimulador.

O que também me chamou a atenção foi o fato de que em dias posteriores a feriados prolongados como sete de setembro (2012), os alunos não freqüentam a sala de aula. A partir daí, me perguntei: qual será o motivo? Em conversas com Van Gogh e com a coordenadora, eles relataram que a maioria dos alunos encontra trabalhos temporários e se ausenta da sala de aula, enquanto outros perdem o estímulo de freqüentar a Escola após feriados.

Mesmo assim, esses alunos foram motivados a buscar a escola pela necessidade de escolarizar-se e procurar uma profissionalização; ou seja, estão depositando sua esperança na escola. É possível deduzir que, a questão econômica permeia a vida escolar dos alunos, principalmente na EJA. As faltas e as ausências não significam, necessariamente, menosprezo à educação.

A faixa etária dos alunos de ambas as escolas varia entre 17 a 60 anos e, a maioria deles é do sexo feminino, entretanto, observei que os homens eram mais participativos nas aulas, demonstrando interesse nos temas abordados. Talvez isso se deva ao fato de que, de certa maneira, a sociedade impõe que a mulher, sobre tudo as mais velhas, sejam mais reservadas.

Questionando os alunos¹⁴ das duas escolas sobre o que eles esperavam da escola a maioria almeja mais sucesso na vida profissional, ampliar e também adquirir mais conhecimentos.

Alunos da escola Professor Geraldo

Aluno A: Espero terminar os estudos e conseguir um emprego melhor.

¹⁴Classificarei os depoimentos dos alunos, chamando-os por ordem alfabética.

Aluna B: Adquirindo novos conhecimentos, posso ser mais crítica em relação aos políticos, e assim acertar nas escolhas. Inclusive profissional.

Aluna C: Para eu arrumar um trabalho melhor e melhorar minha vida.

Aluno D: Expandir o conhecimento.

Aluno E: Espero que a escola, junto aos professores, me proporcione uma boa educação.

Aluno F: Uma formação boa, que eu possa chegar à faculdade.

Aluna G: Espero um ótimo desempenho dos nossos professores em relação ao meu aprendizado.

Aluna H: Adquirir mais conhecimento.

Aluna I: Espero um bom ensino para eu aprender.

Aluna J: A conclusão do Ensino Médio, para ter um bom emprego.

Alunos do NEJAEM

Aluna A: Espero que a escola contribua com o meu desenvolvimento intelectual e profissional.

Aluno B: Terminar o Ensino Médio e entrar para faculdade.

Aluna C: Que eu possa me formar.

Aluno D: Ter um futuro melhor com o estudo.

Aluna E: Espero me formar, para em breve entrar na universidade, me profissionalizar e crescer no que gosto de fazer.

Aluna F: Um bom ensino para eu aprender.

Aluna G: Muito aprendizado e qualificação.

Aluna H: Espero melhorar meu conhecimento em relação ao meu estudo e minha capacidade de aprender.

Aluno I: Estudar para fazer um curso superior e trabalhar.

Aluno J: Conhecimento.

Podemos observar que há uma busca comum tanto aos alunos da escola Professor Geraldo, quanto do NEJAEM em escolarizar-se e profissionalizar-se. Esses aspectos são reflexos das exigências profissionais do mundo contemporâneo em constante mutação e seus avanços tecnológicos. Dessa forma, os alunos buscam na escola a aquisição de conhecimentos necessários, para que possam exercer seus direitos e deveres de cidadão, e uma melhoria de vida. Os estudantes da EJA

necessitam de uma formação que os capacite a enfrentar os desafios da vida, fazendo com que entendam que são participantes do mundo, podendo agir e atuar, para que possa conquistar seu espaço desejado. Concordando com FREIRE (1981, p. 66),

Cada vez mais sentíamos, de um lado, a necessidade de uma educação que não descuidasse da vocação ontológica do homem, a de ser sujeito, e por outro, de não descuidar das condições peculiares de nossa sociedade em transição, intensamente mutável e contraditória. Educação que tratasse de ajudar o homem brasileiro em sua emergência e o inserisse criticamente no seu processo histórico. Educação que por isso libertasse pela conscientização. Não aquela educação que domestica e acomoda. Educação, afinal, que promovesse a ingenuidade, característica da emergência, em criticidade, com o qual o homem opta e decide.

O fato de ambas as escolas trabalharem o ensino de Arte de forma polivalente, e sem salas apropriadas, faz com que os alunos adquiram pouco conhecimento sobre as linguagens artísticas e sobre os elementos básicos (Artes Visuais, Arte Cênica, Música e Dança). Esse conhecimento superficial dos alunos da EJA é resultado de uma educação transmitida de forma aligeirada, devido ao vasto e diversificado conteúdos de cada linguagem artística, associado ao curto tempo das aulas. Embora se tratando de interpretação de imagens, eles deem significado ao que veem de acordo com sua experiência vivida. Concordando com ARBACHE (2001, P. 19),

[...] A Educação de Jovens e Adultos requer do educador conhecimentos específicos no que diz respeito ao conteúdo, metodologia, avaliação, atendimento, entre outros, para trabalhar com essa clientela heterogênea e tão diversificada culturalmente.

Por outro lado, percebi em sala de aula nas duas escolas selecionadas, o interesse da maioria dos alunos pelo ensino de Arte, pois os mesmos buscam conhecimentos diversificados, relatando e acreditando que possam utilizar todo aprendizado em seu cotidiano. Referente ao significado das aulas de Arte na visão de cada aluno surgiu os mais surpreendentes relatos tais como:

Alunos do NEJAEM:

Aluna A: Importante tanto quanto as demais disciplinas.

Aluna B: Significa ter novos conhecimentos específicos da arte e sua importância em nossas vidas.

Aluno C: A arte significa observar o mundo com outros pontos de vista.

Aluna D: É uma constante em nossas vidas.

Aluna E: Uma forma mais apropriada de adquirir cultura.

Aluna F: Está sendo muito interessante e bastante aproveitável.

Aluna G: Conhecimentos.

Aluno H: A perpetuação da cultura.

Aluno I: Significa aprender mais da arte de nossos antepassados.

Aluna J: Criatividade humana.

Alunos da Escola Professor Geraldo:

Aluno A: Aprender algo que no futuro irá me servir.

Aluno B: É importante para nossa formação.

Aluna C: Para mim, tá sendo muito gratificante, pois estou tendo conhecimento de coisas que jamais iria ter.

Aluno D: O significado de Arte é que você aprende, e interpreta uma figura sem precisar ler.

Aluna E: Antes eu sabia que existia mais não entendia. Agora estou tendo a noção e o conhecimento do que é a arte.

Aluno F: É de uma visão de conhecimento, do que aquilo nos passa a transmitir.

Aluna G: Para descobrir a cultura da nossa região.

Aluna H: Desenvolver coisas que não vemos aos nossos olhos.

Aluna I: Para mim, significa cultura. Artes é uma visão natural da vida.

Aluna J: Significa que nós temos que aprender as artes, que nós podemos fazer.

Diante desse universo de significados do que representa as aulas de Arte no primeiro ano do Ensino Médio, na concepção de cada aluno, observo que as respostas estão sempre relacionadas à aquisição de conhecimentos, afirmando a busca desses alunos pela escolarização, para que possam melhorar seu padrão de vida e exercer seus direitos e deveres de cidadão, em uma sociedade permeada de mudanças sociais e culturais. De acordo com a Declaração Mundial sobre Educação para todos,

[...] mais de um terço dos adultos do mundo não têm acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias, que

poderiam melhorar a qualidade da vida e ajudá-los a perceber e a adaptar-se às mudanças sociais e culturais. Para que a educação básica se torne equitativa, é mister oferecer a todas as crianças, jovens e adultos a oportunidade de alcançar um padrão mínimo de qualidade de aprendizagem.

Portanto, se torna básico para esses alunos da EJA, obterem uma educação de qualidade, para que possam interagir com uma sociedade em constante evolução.

O avanço tecnológico atual em todas as áreas sociais também faz com que as necessidades e as prioridades desses alunos da EJA sejam mutáveis, o que exigirá uma nova postura criativa do educador, em relação a sua ação docente e novas habilidades para desenvolver por meio da educação, uma maneira eficaz de acesso do aluno na sociedade, ao mesmo tempo em que torna a escola atrativa, garantindo a permanência do aluno em sala de aula. Concordando com a Proposta Curricular para Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2002 p. 135/136),

O que muda na área de Arte na EJA é a forma como o ensino e o aprendizado dessa disciplina acontece. Por isso, é importante que os professores aperfeiçoem suas práticas pedagógicas e que, nos sistemas educacionais, os aspectos legislativos, organizacionais, espaciais e os recursos humanos e materiais sejam orientados no sentido de permitir que o ensino e a aprendizagem de arte ocorram da maneira adequada. Para tanto, é fundamental a implementação de políticas de formação continuada de professores que trabalham na área, levando-os a ver que a Arte propicia um modo novo de compreender o mundo contemporâneo, de com ele se relacionar e nele se inserir, que ela estabelece uma nova ordem no contato com o mundo cultural, um novo olhar que pode ressignificar conceitos e práticas.

Perguntei aos alunos em que os conteúdos de Arte vistos em sala de aula estão ajudando em seu dia a dia? Surgiram as mais variadas respostas:

Alunos da Escola Professor Geraldo:

Aluna A: Aprender sobre as diferentes culturas de países.

Aluno B: Sim, em relação a obras de Arte, museus. Eu nem me interessava nisso, mas agora to começando a achar interessante.

Aluna C: Sim, em descobrir a importância da arte em nosso dia a dia.

Aluno D: Em melhorar o contexto de vista artística, das outras pessoas.

Aluna E: Em conhecer todas as coisas que o professor já explicou.

Aluna F: A ver e a observar mais as coisas como elas são.

Aluno G: Antes sabia que existia mais não entendia. Agora estou tendo a noção e o conhecimento do que é arte.

Aluna H: Sim, em entender a Arte.

Aluna I: A observar as cores e desenhos.

Aluno J: Gostar mais de artesanato.

Alunos do NEJAEM:

Aluna A: Em valorizar mais a arte.

Aluno B: Sim, me ajudou a conhecer a arte como um conhecimento amplo e diversificado.

Aluna C: Sim, a entender e enxergar melhor os trabalhos artísticos.

Aluna D: Em todo o meu aprendizado. É muito importante, porque tudo tem arte.

Aluna E: Sim, a valorizar a cultura popular.

Aluno F: Sim, na compreensão das culturas.

Aluna G: Sim, em ter conhecimento para levar para vida.

Aluno H: Em coisas que não percebia, e agora eu dou valor.

Aluna I: Sim, o conhecimento fica mais fácil, sobre determinados assuntos.

Aluno J: Em ver as coisas com outros olhos.

Embasado nas respostas dos alunos, posso concluir que os indivíduos esperam que a escola lhes dê uma educação de qualidade, ampliando seus conhecimentos para que possam realizar seus sonhos e exercerem seus direitos de cidadão. Entendi que os alunos mesmo com pouco entendimento sobre a disciplina Arte reconhecem sua importância em poder ampliar seus conhecimentos, e a consideram tão importante quanto às demais disciplinas do currículo. Portanto, a busca pelo conhecimento e a qualificação é o que motiva os alunos a buscarem as escolas de EJA. Assim destaco as palavras de uma aluna: Aluna B: Adquirindo novos conhecimentos, posso ser mais crítica em relação aos políticos, e assim acertar nas escolhas. Inclusive profissional.

4.3. Abordagens metodológicas utilizadas no ensino/aprendizagem de Arte em escolas de EJA selecionadas

De acordo com o Projeto Político Pedagógico – PPP da Escola Professor Geraldo tem como base para sua educação, os princípios, fundamentos e

procedimentos, trabalhados de forma integrada, propostos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM, nas Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação de Jovens e Adultos – DCEEJA e nas Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica – DCEEB.

Enquanto o NEJAEM, de acordo com o Regimento, o Núcleo fundamenta-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – Lei 9.394/1996, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, Parecer CEB 15/1998, de 01 de junho de 1998, e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, estabelecidas na Resolução CEB/CNE 01/2000.

De acordo com o projeto político pedagógico das escolas, ambas devem trabalhar os conteúdos de forma interdisciplinar e contextualizados, visando facilitar o aprendizado do aluno, sendo caracterizado pela flexibilidade, devido às peculiaridades dos indivíduos que procuram a EJA.

O professor Van Gogh da Escola Professor Geraldo, faz uso basicamente da Pedagogia Libertadora, tanto no sentido de ser amigo do aluno, quanto de levar em consideração o saber que o aluno traz acumulado no seu processo sócio-cultural.

Já o professor Salvador Dalí, utiliza meios da Pedagogia Tradicional, como aplicação de questionários aos alunos visando à fixação do tema abordado; embora tenha também por base a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire.

Comum a esses professores é o ensino de Arte voltado a discussão baseado na Pedagogia Libertadora de Paulo Freire com seus *Temas Geradores*¹⁵, que leva em consideração o aprendizado acumulado pelo aluno, e por intermédio de uma relação amigável entre professor e aluno, o conteúdo é exposto e questionado visando a transformação do aluno.

Em conversas, separadamente, com Van Gogh e Salvador Dalí, perguntei-os por que não utilizava a Proposta Triangular para o ensino de Arte, como sugere as DCNEM e, notei por meio de argumentos e expressões que eles não tinham conhecimento suficiente sobre o assunto. Isto se explica pelo fato de Van Gogh não ter formação na área que leciona e, Salvador Dali, embora tenha formação na área de atuação, concluiu o curso em 1983 e não acompanhou as mudanças nos paradigmas do ensino de Artes. Ademais, seu mestrado foi na área de cultura popular.

¹⁵ Temas Geradores são conteúdos extraídos da problematização da prática de vida dos alunos, sendo resultado de uma metodologia dialógica.

A Proposta Triangular sistematizada por Ana Mae Barbosa surgiu no final da década de 1980 é considerada por muitos pesquisadores como causadora de uma mudança conceitual no ensino de Arte no Brasil. Concordando com CARVALHO; CAROLINO (2010, p. 380-381),

A Abordagem Triangular desempenhou um papel de “divisor de águas”, pois, ao propor que o Ensino de Artes ocorresse com seqüência de etapas do fazer artístico, da leitura de obra de arte (ou de imagens de outras fontes) e a contextualização, contribuiu para suprimir a dicotomia existente entre cognição e emoção, subjacente na concepção expressionista que preponderava até então. A Abordagem Triangular veio ao encontro daqueles que almejaram uma orientação mais consistente para suas práticas pedagógicas.

Percebendo que os professores mostraram desconhecer essa abordagem que foi tomada como referência para os PCNs – Arte, perguntei-os se gostariam de ler sobre o assunto, e de imediato houve afirmação. Então entreguei cópias de um artigo sobre a Proposta Triangular para o ensino de Arte.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio relata os novos objetivos na formação do aluno referente ao ensino de Arte, pelo qual devemos priorizar a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico do aluno, por meio da Proposta Triangular com suas três (3) vertentes: o produzir, o apreciar e o contextualizar. De acordo com os PCNEM (2000, p. 46),

[...] Observando a nossa história de ensino e aprendizagem em Arte na Escola Média, nota-se certo descaso de muitos educadores e organizadores escolares, no que se refere à compreensão da Arte como conhecimento humano sensível-cognitivo, voltado para um fazer e apreciar artísticos, e estéticos e para uma reflexão sobre sua história e contextos na sociedade humana. Isso tem inferido na presença, com qualidade, da disciplina Arte no mesmo patamar de igualdade com as demais disciplinas de educação escolar.

Esses três eixos são articulados na prática, mantendo seus espaços próprios. Os conteúdos poderão ser trabalhados em qualquer eixo, conforme decisão do professor, em concordância com o projeto curricular de sua equipe e a adequação às atividades e aos projetos de trabalho desenvolvidos.

Produzir – Refere-se ao fazer artístico, como construção, expressão e representação. O ato de produzir realiza-se por meio da experimentação e do uso adequado das linguagens artísticas.

Apreciar – Faz referência ao âmbito da recepção, incluindo percepção, decodificação, interpretação, fruição. Apreciar abrange a produção artística do aluno e a de seus colegas, a produção histórico-social em sua diversidade, significados artístico no cotidiano contido, nas mídias, nas práticas populares, no meio ambiente etc.

Contextualizar – Significa situar o conhecimento do aluno em relação a seu próprio trabalho artístico, ao dos colegas e da arte como produto social e histórico, o que revela a existência de múltiplas culturas, ou multiculturalismo e suas subjetividades. O contextualizar leva a compreensão e concordância das diferenças culturais. Concordando com BARBOSA (1998, p. 93),

[...] Multiculturalidade não é apenas fazer cocar no dia dos Índios, nem tão pouco fazer ovos de Páscoa ucranianos, ou dobradura japonesa, ou qualquer outra atividade clichê de outra cultura. O que precisamos é manter uma atmosfera investigadora, na sala de aula, acerca das culturas compartilhadas pelos alunos, tendo em vista que cada um de nós participa no exercício da vida cotidiana de mais de um grupo cultural.

Referente às aulas de Arte, Van Gogh e Salvador Dalí relatam como elaboram os conteúdos e como aplicam em sala de aula:

[...] geralmente as aulas são elaboradas de forma expositiva, por meio do quadro negro e utilizo materiais trazidos de casa. Na realidade seguimos instruções vindas do Estado, baseado nas Diretrizes Curriculares para EJA. As aulas tratam de conteúdos trazidos pelos alunos e questionados para que possam utilizar em seu cotidiano. [...] busco conectar noções de História da Arte com as manifestações contemporâneas, como grafite, música, cultura popular, cerâmica, artes manuais, teatro, entre outros (Van Gogh).

Trabalho com textos preparado em casa no computador, por meio de livros de Arte. [...] são textos de interesse dos alunos sobre definições do que é Arte, textos sobre pintura, História da Arte, cores, História do surrealismo, questões da imagem (Salvador Dalí).

Por não haver um livro didático, nem uma sala específica para o ensino de Arte, o professor Van Gogh utiliza imagens artísticas contidas no livro didático de História

do Brasil e materiais trazidos de casa, tais como imagens impressas de artistas e suas obras, revistas, jornais entre outros. Já o professor Salvador Dalí, elabora suas aulas com base em textos preparados em casa por meio do computador e livros de Arte, contendo conteúdos artísticos. O assunto é debatido em sala de aula, e posteriormente Dalí aplica um questionário para que os alunos respondam em casa, visando à fixação e o aprendizado. Vale ressaltar que essas apostilas são fotocopiadas no Sindicato dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba – ADUFPB e distribuídas gratuitamente aos alunos. Referente aos temas e conteúdos de maior interesse dos alunos da EJA, e quais as possibilidades e dificuldades de ministrá-los, os professores relatam:

[...] são assuntos associados ao cotidiano dos alunos, como manifestações culturais de determinado bairro, trabalhos manuais, grafite, quadrinhos, musica, teatro, entre outros. A dificuldade de ministrar as aulas é entrar no ritmo dos alunos e entender o que gostariam de saber, além do curto tempo das aulas (Van Gogh).

[...] assuntos trabalhados que os alunos se interessam: pintura, significado das cores, teatro no Brasil, atuação do ator, cenário teatral. A dificuldade maior é o tempo, depois é avaliar os alunos para dar nota (Salvador Dalí).

Portanto, no que se refere a abordagens metodológicas tanto a Escola Professor Geraldo quanto o NEJAEM, trabalham conteúdos de forma interdisciplinar e contextualizados, caracterizando-se pela flexibilidade devido às peculiaridades dos indivíduos que a procuram.

Porém ambos os professores não utilizam a Proposta Triangular para o ensino de Arte, fazendo uso basicamente da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire auxiliada pela Pedagogia Tradicional. Essa abordagem metodológica sem o uso da Proposta Triangular, de certa forma limita o conhecimento dos alunos, impedindo que os mesmos adquiram competências e habilidades necessárias em Arte, como realizarem produções artísticas buscando compreendê-las; apreciar a diversidade de produtos artísticos e procurar entendê-las; avaliar as diversificadas manifestações artísticas, compreendendo, reconhecendo e respeitando sua diversidade histórico-cultural. De acordo com PCNEM (2000, p. 50),

Adolescentes, jovens e adultos, no Ensino Médio, podem desenvolver competências em Arte, na medida em que praticam

modos de fazer produtos artísticos (experimentando elaborações inventivas – percepções e imaginações com significado sobre a cultura – expressões sínteses de sentimentos) e maneiras de fazer apreciações e fruições em cada linguagem da arte ou em várias possibilidades de articulação. Na medida em que tais fazeres são acompanhados de reflexões, trocas de ideias, pesquisas e contextualizações históricas e socioculturais sobre essas práticas, transformam conhecimentos estéticos e artísticos anteriores em compreensões mais amplas e em prazer de conviver com a Arte.

Assim sendo, ambos os professores precisam rever suas abordagens metodológicas, para que os alunos do primeiro ano no Ensino Médio possam desenvolver competências e habilidades artísticas necessárias, a compreender e respeitar a diversidade cultural, bem como para progredir na vida.

4.4. Condições e recursos para o ensino de Arte nas escolas de EJA selecionadas

A Escola Professor Geraldo comporta no segundo semestre de 2012, duzentos e cinquenta e sete (257) alunos matriculados no Ensino Médio, para um corpo docente composto por treze (13) professores, em todas as áreas curriculares, sendo um (1) professor de Arte. Já o NEJAEM é composto por um corpo docente de vinte dois (22) professores, em todas as áreas que compõem o currículo, sendo um (1) professor de Arte, para uma demanda de aproximadamente trezentos e trinta e seis (336) alunos matriculados no Ensino Médio.

A Escola Professor Geraldo é mantida pelo Estado e apresenta uma boa estrutura física com oito (8) salas de aula amplas, banheiros, um refeitório funcionando apenas no turno da noite, biblioteca, sala dos professores, sala destinada à informática e uma (1) sala dos coordenadores. Assim, Constatei que a biblioteca oferece alguns recursos para auxiliar as aulas dos professores na escola, tais como um *note book*, *data show* e livros de todas as disciplinas, menos para o ensino de Arte.

Chama a atenção o fato de não haver um livro didático para o ensino de Arte no primeiro ano do Ensino Médio, uma vez que todas as outras disciplinas têm seu livro didático, o que facilita a exposição das aulas, tornando-se um forte aliado do professor.

Observei que mesmo a escola tendo salas vazias e um espaço amplo para construção de novas salas, ela não dispõe de uma sala de aula apropriado para o

ensino de Arte. O NEJAEM ocupa e utiliza da mesma estrutura física do Centro de Educação – CE da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Dessa forma, o Núcleo conta com salas de aula destinada ao primeiro ano no Ensino Médio, nos turnos tarde (Central de Aulas – CA) e noite (Centro de Tecnologia – CT), banheiros, biblioteca, *note book* e *data show*. Todavia, o Núcleo não tem um livro didático, nem uma sala de aula específica para o ensino de Arte.

Constatei que tanto a Escola Professor Geraldo, quanto o NEJAEM dispõem de recursos como *note book* e *data show*, o que dá condições de ser utilizado como recurso metodológico, tornando as aulas de Arte mais atrativa, dinâmica, e eficiente; uma vez que a utilização das novas tecnologias abre um vasto espaço para o conhecimento, tendo em vista que alguns alunos têm esse primeiro contato tecnológico por meio da escola. Segundo FREIRE (1995, p. 98),

[...] Acho que o uso de computadores no processo de ensino aprendizagem, em lugar de reduzir, pode expandir a capacidade crítica e criativa [...] Depende de quem usa a favor de quê e de quem e para quê.

Por outro lado, ambas as escolas por não oferecerem aos professores e alunos uma sala específica para o ensino de Arte, e não poderem contar com auxílio do livro didático de Arte, direcionado ao primeiro ano do Ensino Médio, tanto o professor Van Gogh quanto Salvador Dalí, recorrem a aulas expositivas, auxiliados pelo quadro negro, giz, apagador e materiais trazidos de casa, como imagens de artistas e suas obras, revistas, entre outros.

Em uma de nossas conversas, Van Gogh relatou que os alunos das duas turmas noturnas do primeiro ano da Escola Professor Geraldo, gostam de desenho em quadrinhos, embora não haja estrutura para desenvolver esse trabalho, além do tempo restrito da aula. Já Salvador Dalí me falou que em turmas anteriores de primeiro ano do NEJAEM, ele desenvolveu trabalhos artísticos em parceria com alunos da graduação em Arte da UFPB. Foi trabalhado teatro de bonecos, mini curso de estilista para bonecas, quadrinhos, desenho, entre outros. Entretanto, essas experiências não deram certo devido ao curto tempo destinado às aulas de Arte, e principalmente por não haver uma sala específica para o ensino de Arte.

É fato a falta de condições e recursos para o ensino de Arte tanto na Escola Professor Geraldo, quanto no NEJAEM. Acredito que há certo descaso no que se

refere ao ensino de Arte, por parte de seus dirigentes. A partir daí me pergunto: se a disciplina de Arte é reconhecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional como área do conhecimento e compartilha os mesmos direitos e deveres que as demais disciplinas, por que há esse desprezo, no que se refere à estrutura física para realização das aulas dessa disciplina? Sem falar da ausência de um livro didático para o ensino de Arte no Ensino Médio, que de certa forma daria uma enorme contribuição aos professores, bem como aos alunos, pois facilitaria o entendimento sobre determinado assunto. Conforme aponta Marisa LAJOLO (1998, p. 04),

[...] Didático, então, é o livro que vai ser utilizado em aulas e cursos, provavelmente foi escrito, editado, vendido e comprado, tendo em vista essa utilização escolar e sistemática. Sua importância aumenta ainda mais em países como o Brasil, onde uma precaríssima situação educacional faz com que ele acabe determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, marcando, pois de forma decisiva, o que se ensina e como se ensina o que se ensina.

A realidade é que por falta de condições e recursos tanto professores quanto alunos são prejudicados. Os alunos são prejudicados por perder grande parte do conhecimento e saberes, proporcionado por uma aula prática por onde certamente se tornaria uma aula bem atrativa e interessante, contribuindo inclusive na redução do número de evasão dos alunos da escola. Concordando com os PCNEM (2000, p. 50),

Conhecer Arte no Ensino Médio significa os alunos apropriarem-se de saberes culturais e estéticos inseridos nas práticas de produção e apreciação artísticas, fundamentais para formação e o desempenho social do cidadão. Na escola de Ensino Médio, continuar a promover o desenvolvimento cultural e estético dos alunos com qualidade, no âmbito da educação básica, pode favorecer-lhes o interesse por novas possibilidades de aprendizado, de ações, de trabalho com Arte ao longo da vida.

Por outro lado, os professores de Arte são prejudicados tanto por não poder contar com o auxílio do livro didático na elaboração e exposição das aulas, quanto por não contarem com uma sala específica para aulas práticas de Arte, o que certamente tornaria uma aula atrativa e instigante, contribuindo para permanência dos alunos na escola.

Dessa forma, esses docentes têm que ser bastante criativos, para que elaborem e transmitam seus saberes de maneira clara e eficiente, já que se trata de uma educação

especial. Todavia, o professor Salvador Dali possa utilizar o bom acervo de livros da Biblioteca Central da UFPB para a área de arte.

Em conversa com esses professores eles foram categóricos, referente ao que dificultava o ensino de Arte no NEJAEM e na Escola Professor Geraldo:

[...] a questão de Arte, necessita de apoio, condições e recursos, algo que não tem! Além do tempo curto (Salvador Dalí).

[...] a falta de subsídios pedagógicos no ensino de Arte, e o tempo curto dificultam muito (Van Gogh).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade principal desse trabalho foi analisar o ensino de Arte no Ensino Médio, em escolas públicas de Educação de Jovens e Adultos – EJA na cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba, que são elas: Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio de Educação de Jovens e Adultos Professor Geraldo Lafayette Bezerra e o Núcleo de Educação de Jovens e Adultos da Universidade Federal da Paraíba – NEJAEM/UFPB.

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988) foi de grande importância para EJA, pois eleva a educação como direitos fundamentais do ser humano, visando o completo desenvolvimento do indivíduo; embora após mais de vinte (20) anos, os bons resultados referentes ao acesso, a permanência não se consolidaram totalmente.

De acordo com o resultado da coleta de dados do ano de 2011, obtido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), ligado ao Ministério da Educação (MEC), nas últimas décadas, houve um crescimento significativo quanto ao acesso de indivíduos à escola, embora tenha havido uma queda de 5% nas matrículas da EJA no Ensino Médio neste mesmo ano. Esse crescimento ao acesso à escola ocorreu devido ao aumento da população, bem como exigências de formação mínima para o mercado de trabalho. Esta pesquisa também revela que de um total de um milhão, trezentos e oitenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e dois (1.388.852) alunos matriculados na EJA, com dezoito (17) anos ou mais, cerca de 50% não concluem este nível de ensino.

O relatório apresentado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD (2012), o Brasil possui 13 milhões (8,6%) de analfabetos. Esses números mostram que uma considerada parcela da população brasileira, continua excluída do sistema educacional regular.

Já uma pesquisa divulgada em novembro de 2012 pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudante (PISA), em que foram avaliados fatores qualitativos da educação mundial, como as habilidades cognitivas e as realizações educacionais, o Brasil aparece em penúltimo lugar no ranking de 40 países analisados. Portanto, os dados apresentados por estas instituições comprovam que a educação brasileira precisa de uma evolução contínua. Contudo, entre tantas iniciativas

governamentais em defesa da melhora educacional, destaco a criação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDBEN, em 20 de dezembro de 1996, que proporciona resultados importantes para os cidadãos brasileiros, além de tornar o ensino de Arte componente curricular obrigatório, nas diversas modalidades da educação básica, visando o desenvolvimento cultural dos alunos.

Entretanto, o fato de ter encontrado e observado cotidianamente indivíduos jovens e adultos com dificuldades de locomover-se, por não saber ler, e a escassez de publicações sobre o assunto tornou imprescindível a realização desse estudo.

Por meio de uma retrospectiva histórica da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, faço uma avaliação de modo a elaborar um referencial teórico sobre a temática. Ressalto que a Constituição de 1988 trouxe avanços significativos para a educação, elevando-a como direito essencial na formação humana. Anterior a esse período, destaco também, a forte contribuição para educação brasileira deixada por Paulo Freire com suas abordagens, e seus “*Temas Geradores*”, criado especialmente para modalidade de EJA.

Apesar dos lentos avanços da EJA no decorrer de sua história, a década de 1990 foi marcada pelo surgimento, consolidação e fortalecimento dos Fóruns Estaduais por todo país, com finalidade de socializar informações e trocar experiências, por meio de debates e análises entre entidades que trabalham com essa modalidade de educação. Entre os Fóruns destaco o do Estado da Paraíba, com suas ações de formar professores em nível superior para atuarem na EJA.

A LDBEN trouxe inovações e benefícios para a educação brasileira, como o reconhecimento do Ensino de Arte como área do conhecimento com conteúdos específicos, o novo conceito de Educação Básica, traçada como Educação Infantil, Ensino Fundamental, com caráter obrigatório e estendido para nove (9) anos de duração e o Ensino Médio, com universalização progressiva. A Lei também fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs, para o ensino Fundamental e Médio, enquadrando a EJA na Educação Básica, inclusa no Ensino Fundamental e Médio, utilizando os DCNs. A Lei também fixou os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs – Arte, consolidando a emancipação das linguagens Artísticas (Artes Visuais, Artes Cênicas, Música e Dança), e estabelecendo que cada disciplina têm seus conteúdos específicos, necessitando de profissional capacitado a lecionar cada linguagem, afirmando a importância do ensino de Arte para educação brasileira.

Faço uma avaliação específica sobre a EJA nos últimos seis (6) anos com base na referente Lei, observando os progressos e recuos, destacando a problemática enfrentada pela EJA na atualidade, como o grande número de adolescentes matriculados nessa modalidade. Como consequência desse problema, ocorre o abandono tanto dos adolescentes, quanto dos adultos que não puderam concluir seus estudos na idade apropriada. O aumento de adolescentes na EJA se deu a partir da fixação da idade mínima implantada pela LDBEN, que corresponde a catorze (14) anos de idade para ingresso em cursos de EJA no Ensino Fundamental e de dezessete (17) anos para o Ensino Médio.

Apresento de forma sucinta o histórico das escolas objetos desse estudo, descrevendo suas estruturas físicas, organização, funcionamento e suas atuações na oferta da EJA. Da mesma forma, abordo as principais idéias que norteiam o ensino de Artes Visuais da década de 1980 à atualidade, uma vez que a LDBEN fortaleceu essa disciplina, e ela se estrutura nos conceitos surgidos a partir dessa década. Esses conceitos têm como base o entendimento de que a Arte além de ser expressão, é também uma forma de conhecimento. Estudiosos da década de 1980 defendem o ensino de Artes com base no fazer, ver e compreender Arte, cuja concepção serviu para estruturar as orientações dos PCNs – Arte, lançados em 1997 com finalidade de servir como referência para o ensino de Arte na atualidade, inclusive na EJA. Apresento também, a relação do ensino de Arte com a EJA no Ensino Médio nos dias atuais.

A pesquisa revela que os professores das escolas selecionadas, são graduados, concursados e com educação contínua, embora nem todos tenham formação específica para o ensino de Arte, ou o que tem, ministra Arte em linguagens que não faz parte de sua formação.

Esse aspecto prejudica o ensino/aprendizagem da disciplina, além de estar em desacordo com a Lei. 9.394 de 1996 e com as orientações dos PCNs – Arte, que estabelecem a necessidade de um profissional capacitado com conhecimento específico para cada linguagem artística, visando melhorar a qualidade da educação em Arte. Os professores participantes da pesquisa mostraram-se desatualizados em relação à literatura pertinente ao assunto que ensinam, demonstrando desconhecer até a Proposta Triangular que foi tomada como referência para elaboração dos PCNs–Arte.

Os alunos matriculados na EJA ocupam cargos na sociedade, tais como babá, empregada doméstica, encanador, dona de casa, eletricista, entre outros, com idade entre dezessete (17) e sessenta (60) anos. São motivados a buscar a escola pela necessidade de escolarizar-se e profissionalizar-se, para que possam garantir uma vida melhor, exercendo seu papel de cidadão. A necessidade desses alunos em buscarem a escola é o reflexo do avanço tecnológico, que abrange todas as áreas trabalhistas fazendo com que suas necessidades e prioridades tornem-se mutáveis. Da mesma forma exige do educador um constante aprendizado, para que possam acompanhar essa evolução, ao mesmo tempo em que desenvolvem métodos criativos de transmitir seu saber aos alunos de forma eficaz.

Tanto a Escola Professor Geraldo quanto o NEJAEM tem por característica a flexibilidade, trabalhando os conteúdos de forma interdisciplinar e contextualizados, com objetivo de facilitar o aprendizado dos alunos, já que se trata de uma educação voltada a um grupo particular de indivíduos, embora os professores trabalhem de forma polivalente, lecionando Artes Visuais, Arte Cênica, Dança e Música em uma mesma disciplina, tornando o ensino de Arte superficial. Falando de abordagens metodológicas, os professores fazem uso essencialmente da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, da Pedagogia Tradicional, auxiliados por quadro negro, giz e apagador.

As aulas de Arte, tanto na Escola Professor Geraldo quanto no NEJAEM, ficam prejudicadas pela falta de condições e recursos, como a carga horária insuficiente, uma educação polivalente, a ausência do livro didático de Arte, a falta de sala de aula específica para o desenvolvimento das atividades artísticas e a não prática da Proposta Triangular, como abordagem metodológica para o ensino de Arte.

Essa falta de estrutura para a disciplina Arte promove a depreciação da disciplina perante as demais contidas no currículo, limita os conhecimentos por parte de alunos e professores tornando uma educação superficial.

Portanto, se faz necessário que os professores sejam capacitados para que possam transmitir seus saberes atingindo os objetivos de tornar os alunos autônomos e críticos intelectualmente perante situações cotidianas, e principalmente que sejam capazes de se enquadrarem em uma sociedade permeada pela rapidez dos avanços tecnológicos; podendo, dessa maneira, exercer a cidadania no mundo do trabalho e do conhecimento.

REFERÊNCIAS:

ARROYO, Miguel G. DA. **Escola coerente à Escola possível**. São Paulo: Loyola, 1997 (Coleção Educação popular – nº 8.).

ARBACHE, Ana Paula Bastos. **A formação do educador de pessoas jovens e adultas numa perspectiva multicultural crítica**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Papel Virtual Editora, 2001.

BARBOSA, Ana Mae. **Tópicos Utópicos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

_____. **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2002B.

_____. **A imagem no ensino de arte**. São Paulo: Perspectiva, 2002A.

_____. **Educação e desenvolvimento cultural e artístico. Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 9-17, jul./ dez. 1995.

_____. **Arte-educação contemporânea: consonâncias internacionais**. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.9.394/96. Brasília, DF: MEC/SEF, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Proposta Curricular para Educação de Jovens e Adultos**. Volume 1. Brasília, 2002.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: MEC/Semtec, 2000. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf - Acesso em 28 de mar. 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: Linguagens Códigos e suas Tecnologias**. Brasília: MEC/Semtec, 1998. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/linguagens02.pdf>- Acesso em 25 de mar. 2013.

CARVALHO, Livia Marques. A influência da arte na formação do indivíduo: experiências em ONGs. In: **Intervenções: artes visuais em debate**. Revista do Departamento de Artes Visuais, ano 2 e 3, n 2, p. 21-31, João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2009.

CARVALHO, Livia M.; CAROLINO, Jaqueline A. Abordagem Triangular e as estratégias de um educador social. In: BARBOSA, Ana Mae; CUNHA, Fernanda Pereira (Org.) **ABORDAGEM TRIANGULAR NO ENSINO DAS ARTES E CULTURAS VISUAIS**. São Paulo: Cortez, p. 353-364, 2010.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS - UNESCO. **Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem.** Jomtiem, Tailândia Disponível em unesco.org/imagens/0008/000862/086291por.pdf. - Acesso em 17 de fev. 2012.

DUARTE JÚNIOR, João-Francisco. **POR QUE ARTE-EDUCAÇÃO?** 5ª Edição. Campinas. Papirus. 1998.

EFLAND, A. D. Cultura, Sociedade. Arte e Educação num Mundo Pós-Moderno. In: GUINSBURG, J. ; BARBOSA A. M. **O pós-modernismo.** São Paulo: Perspectiva, 2005.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para liberdade e outros escritos.** 10ª ed. São Paulo. Paz e Terra. 2002.

_____. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Educação na Cidade.** São Paulo: Editora Vozes, 1995.

FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade:** um projeto em parceria. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2001.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. **Evasão Escolar.** Disponível em: <http://www.abmp.org.br/textos/159.htm>. Acesso em 21 de mar. 2013.

FREEDMAN, Kerry. Currículo dentro e fora da escola: representações da arte na cultura visual. In: BARBOSA, Ana Mae. **Arte/Educação contemporânea: consonâncias internacionais.** São Paulo: Cortez, p. 126-142, 2005.

GIROUX, Henry. A. **Cruzando as Fronteiras do Discurso Educacional.** Porto Alegre. Artes Médicas Sul, 1999.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Catadores da Cultura Visual:** proposta para uma nova narrativa educacional. Porto Alegre: Mediação, 2007.

HADDAD, S. A. **O Estado da Arte da Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos no Brasil;** a produção discente da Pós-Graduação 1986-1998. [online]. São Paulo: Ação Educativa, 2000. www.acaoeducativa.org/ejaea.PDF - Acesso em 16 de jun. 2011.

IBGE. **Contagem da população: 1996.** Brasília: IBGE, 1997.

LOPES, Selva Paraguassu: SOUZA, Luzia Silva. **EJA: UMA EDUCAÇÃO POSSÍVEL OU MERA UTOPIA?** Disponível em: [ww.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes](http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes) - Acesso em 16 de jan. 2012.

LAJOLO, M. Livro didático: um (quase) manual de usuário. In: **Em aberto**, nº 69, 1998. Disponível em: <http://www.inep.gov.br:81/folio.pgi/aberto69>. Acesso em: 29 de mar. 2013.

MOMO, Mariângela. **Condições culturais contemporâneas na produção de uma infância: o pós-moderno que vai à escola.** In ANPED, 30. 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2008. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/trabalhos>> Acesso em 26 out. 2011.

OLIVEIRA, Celina Couto de. **Ambientes informatizados de aprendizagem: produção e avaliação de software educativos.** Campinas, Editora Papirus, 2001.

RESOLUÇÃO Nº 48 / 2006 - Aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Artes Visuais, Licenciatura e Bacharelado, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes do Campus I. www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2006/Rsep48_2006.htm - Acesso em 27 de mar. 2012.

RICHTER, I. M. **Interculturalidade e estética do cotidiano no ensino das artes visuais.** Campinas: Mercado de Letras, 2003.

_____. Multiculturalidade e interdisciplinaridade. In: BARBOSA. A. M. (Org.) **Inquietações e mudanças no ensino de arte.** São Paulo: Cortez, 2002.

SOARES, Leôncio José Gomes. O surgimento dos fóruns de EJA no Brasil: articular, socializar e intervir. In: RAAAB, **alfabetização e cidadania – políticas públicas e EJA.** Revista de EJA. N. 17, maio de 2004.

_____. A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais. Revista **Presença Pedagógica**, v.2, nº11, Dimensão, set/out 1996.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais:** Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

UNESCO – Educação: Um tesouro a descobrir. **Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.** Tradução portuguesa. Rio Tinto: Edições ASA, 1996.

SITES:

<http://www.campograndenoticias.com.br/brasil/brasil-possui-maior-taxa-de-evasao-escolar-no-mercosul-diz-ibge-.htm> - acesso em 12 de dez. 2011

<http://www.ibge.gov.br> – Acesso em 13 de dez. 2011

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_98.pdf - acesso em 12 de dez. 2011

<http://www.capes.gov.br> – acesso em 12 de dez. 2011

<http://www.inep.gov.br/internacional/pisa/> - Acesso em 13 de dez. 2011

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm - Acesso em 14 de dez. 2011

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40 – Acesso em 14 de dez. 2011

http://www.inpe.br/gestao/anuncios_opportunidades/processo_seletivo/2010/index.php - Acesso em 11 de set. 2012

<http://www.unesco.org/pt/confinteavi/> - Acesso em 21 de jan. 2012

<http://www.unesco.org/> - Acesso em 28 de jan. 2012

<http://www.anpap.org.br/> - Acesso em 11 de abr. 2012

<http://www.faeb.com.br/> - Acesso em 11 de abr. 2012

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf - Acesso em 06 de ago. 2012

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13252:parecer-ceb-2000&catid=323:orgaos-vinculados – Acesso em 08 de ago. 2012

http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2006/Rsep48_2006.htm#Anexo_II – Acesso em 10 de set. 2012

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5707.htm - Acesso em 25 de ago. 2012

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001523.pdf> - Acesso em 22 de ago. 2012

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf> - Acesso em 08 de ago. 2012

<http://ftp.infoeuropa.eurocid.pt/database/000046001-000047000/000046258.pdf> - Acesso em 09 de ago. 2012

www.unesco.org/fileadmin/.../Belem%20Framework_Final_ptg.pdf – Acesso em 09 de ago. 2012

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicisociais2010/SIS_2010.pdf - Acesso em 21 de ago. 2012

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40- Acesso em 21 de ago. 2012

portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task... – Acesso em 23 de jan. 2013

APÊNDICES

ESQUEMA DOS INDICADORES, INSTRUMENTOS E MÉTODOS DE COLETA DE DADOS, POR OBJETIVOS.

Quadro 1.

Objetivos.	Indicadores a serem analisados.	Instrumentos de coleta de dados.
Analisar o ensino das Artes Visuais no ensino médio, em escolas de EJA na cidade de João Pessoa – PB.	Descrição das escolas selecionadas.	Aplicação de questionários, observação, consulta em documentos, folders e internet e registros fotográficos.
Traçar o perfil dos alunos e professores das escolas selecionadas de EJA, no ensino médio.	Situação sócio-profissional dos educadores, e situação sócio-cultural dos alunos.	Aplicação de questionários e entrevistas.
Verificar as abordagens metodológicas utilizadas no ensino/aprendizagem de Artes Visuais nessas escolas.	Concepção sobre o ensino de Artes Visuais na EJA e opções metodológicas de ensino.	Consulta a documentos das escolas; aplicação de entrevistas aos educadores.
Investigar as condições e recursos para o ensino de Artes Visuais nas escolas de EJA selecionadas.	Estrutura física das escolas de EJA.	Aplicação de questionário aos coordenadores das escolas; entrevistas com os educadores e alunos; observação sistematizada

INDICADORES:**1. Para descrever as escolas de EJA selecionados.**

- Localização;
- Caracterização (data de criação e funcionamento);
- Alunos matriculados (número; faixa etária, gênero);
- Numero de educadores de artes e linguagens artísticas ensinadas
- Atividades artísticas oferecidas (frequência semanal; duração e horário).

2. Para descrever o perfil dos educadores das escolas selecionados.

- Nome da escola;
- Identificação (nome, idade, gênero, naturalidade);
- Formação profissional;
- Situação conjugal (número de filhos);
- Atividade que exerce nesta escola de EJA;
- Outras atividades fora do Programa;
- Percepção sobre o papel da arte nas escolas de EJA;
- Abordagens metodológicas adotadas e
- Percepção sobre as condições e recursos para o ensino de arte na escola.

3. Para descrever o perfil dos alunos das escolas Selecionados.

- Identificação (nome, gênero, idade);
- Data de inscrição no projeto;
- Nível de escolarização;
- Motivo de freqüentar escola e
- Atividade profissional

Critérios para seleção das escolas: Núcleo de Educação de Jovens e Adultos da Universidade Federal da Paraíba – NEJAEM/UFPB e a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio de Educação de Jovens e Adultos, Professor Geraldo Lafayette Bezerra.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO:

Para este trabalho, serão selecionados dois (2) programas, considerando os seguintes critérios:

1. Esse Núcleo utiliza o ensino de artes visuais em seu currículo?

() SIM

() NÃO

2. Esse Núcleo tem atendimento exclusivo a jovens e adultos?

() SIM

() NÃO

3. Esse Núcleo compreende o ensino médio presencial?

() SIM

() NÃO

4. Esse Núcleo tem dez (10) anos de atuação?

() SIM

() NÃO

Data inicial:

Carta de formalização da pesquisa: Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio de Educação de Jovens e Adultos, Professor Geraldo Lafayette Bezerra e o Núcleo de Educação de Jovens e Adultos da Universidade Federal da Paraíba – NEJAEM/UFPB.

João Pessoa, 16 de abril de 2012

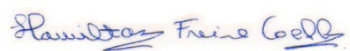
Prezada Gestora,

Sou professor em Artes Visuais, licenciado pela Universidade Federal da Paraíba, pós-graduado em Artes Visuais pelo EAD/SENAC, membro do grupo de pesquisa em Artes Visuais – GPEAV/DAV - UFPB, e mestrando em ensino das Artes Visuais, associados UFPB e Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Visando desenvolver uma pesquisa, titulado ENSINO DAS ARTES VISUAIS EM NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA, ENSINO MÉDIO, EM JOÃO PESSOA/PB; onde a mesma propõe analisar o ensino das Artes Visuais. Apresento meu currículo, estando à disposição a informações adicionais sobre minha pesquisa e carreira acadêmica.

Atenciosamente,

Hamilton Freire Coelho



QUESTIONÁRIO

Aos coordenadores (as) da Escola e do Núcleo de EJA selecionados.

1. Que público atendeu e atende essa Escola?

2. Quantos alunos homens e quantas mulheres há nessa Escola?

3. Quantos Professores homens e quantas mulheres lecionam nessa escola?

4. Quantos Professores de Artes Visuais são homens, e quantas são mulheres?

5. Qual a estatística de frequência/permanência dos estudantes nessa escola?

6. Quantas aulas de Artes Visuais por turma?

7. Quantos alunos por turma?

8. A escola dispõe de sala apropriada para o ensino de Artes Visuais?

9. Em que turnos a escola oferece o ensino de EJA?

() Manhã () Tarde () Noite

10. Qual o turno que possui maior quantidade de alunos?

() Manhã () Tarde () Noite

11. Qual a frequência semanal, horário e duração das aulas de Artes Visuais?

12. Registre observações ou comentários, caso seja pertinente ou necessário.

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA.**Ao Professor (a) da escola/núcleo de EJA selecionados.**

1. Nome da escola/núcleo:
2. Identificação:
 - a) Nome:
 - b) Idade: entre - 20 e 30 anos () - 40 e 50 anos () – acima de 50 anos ()
 - c) Gênero: () Feminino () Masculino
3. Formação:
 - a) Qual sua formação?
 - b) Há quanto tempo trabalha com EJA?
 - c) O que aplica nas aulas de Artes Visuais?
 - d) Fez algum curso de pós-graduação?
 - e) Como o senhor (a) elabora as aulas de Artes Visuais?
 - f) O senhor (a) recebeu (ou recebe) alguma formação continuada, por parte da Escola/Núcleo? () sim () não. Em que ano? Quais foram?
 - g) O senhor (a) tem apoio técnico (supervisor/orientador) oferecido pela Escola/Núcleo? () Sim () Não
Caso possua, como este profissional está lhe assessorando em sua atuação?
4. Como se sente sendo educador (a) na EJA?
5. Qual sua jornada de trabalho?
6. Trabalha em outro local? Onde? Qual a carga horária?
7. Mencione as principais dificuldades encontradas no ensino de Artes Visuais na EJA.
8. Quais os materiais didáticos disponibilizados pela escola?
() livros () retroprojektor () TV e vídeo () som e cd
() computador () cartazes () jornais () revistas
() quadro, giz e apagador () Data Show () outros. Quais?
9. O que o senhor (a) mais gosta, e o que menos gosta em seu trabalho nesta Escola/Núcleo?
10. No cotidiano escolar, quais os temas ou conteúdos de maior interesse dos alunos da EJA, e quais as possibilidades e/ou dificuldades de ministrá-los?
11. Como o senhor (a) vê a importância do ensino de Artes Visuais na EJA?
12. Registre observações ou comentários, caso seja pertinente ou necessário.

QUESTIONÁRIO ABERTO**Aos Alunos (a), das Escolas de EJA selecionados**

Nome da Escola: _____

b) Idade: _____ c) Gênero: () Feminino () Masculino

d) Ano de inscrição na escola: 20.....

e) Profissão: _____

1) O que motivou a matricular-se nesta escola de EJA?

() A busca pela profissionalização;

() O conhecimento e a execução dos direitos e deveres do cidadão;

() A necessidade de escolarizar-se;

() Outros. Quais?

2) Das atividades artísticas educativas que participa ou participou, qual a que gostou mais e por quê?

3) O que espera da escola com relação a sua melhoria de vida?

4) Para você, qual o significado das aulas de Arte?

5) Os conteúdos vistos nas aulas de Arte estão ajudando-o (a) no seu dia a dia? Em que?

6) Que atividades você faz nas aulas de Arte?

7) Quais os recursos didáticos utilizados pelo (a) professor (a) na sala de aula?

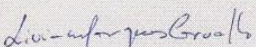
() livro () retroprojektor () TV e vídeo () som e cd

() computador () cartazes () jornais () revista

() quadro, giz e apagador () charge () desenho () pintura

ANEXOS

Declaração expedida pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, afirmando que desenvolvo um projeto de pesquisa sobre Educação de Jovens e Adultos – EJA.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES VISUAIS UFPB/UFPE	
 DECLARAÇÃO 		
Declaro para os devidos fins que, Hamilton Freire Coelho, matrícula nº 111100631 é aluno regularmente matriculado, no Programa Associado de Pós-Graduação em Artes Visuais UFPB/UFPE – Mestrado em Artes Visuais e está realizando uma pesquisa com o título provisório “ O ensino das Artes Visuais de educação de jovens e adultos (EJA) em João Pessoa - PB.		
 João Pessoa, 07 de março de 2012 		
  Profª Drª Lina Marques Carvalho Coordenadora do PPGAV Mat. SIAPE - 0337168		

**Relatório do quadro de professores do Centro de Estudos Supletivos
Professor Geraldo Lafayette Bezerra – Março de 2005.**

Estado da Paraíba
Secretaria de Educação e Cultura
Centro de Estudos Supletivos Profº Geraldo L. Bezerra
AV. Dom Bosco S/N Fone: 223-1442

**RELATÓRIO DO QUADRO DE
PROFESSORES DO CENTRO DE
ESTUDOS SUPLETIVOS
PROFESSOR GERALDO LAFAYETTE
BEZERRA**

JOÃO PESSOA / MARÇO DE 2005

Recb
21/03/2005
GDBmg

Projeto Político Pedagógico – PPP, da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio de Jovens e Adultos Professor Geraldo Lafayette Bezerra.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DE EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS PROFESSOR GERALDO LAFAYTTE BEZERRA

Rua Felinto Escolástico, S/N – Cristo Redentor – João Pessoa/PB

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP

João Pessoa, maio de 2011.

**Regimento Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e
Médio de Jovens e Adultos Professor Geraldo Lafayette Bezerra.**

GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

ESCOLA ESTADUAL ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PROFESSOR
GERALDO LAFAYETTE BEZERRA

RUA FELINTO ESCOLASTICO S/N CRISTO REDENTOR
FONE: 3223-1442

REGIMENTO ESCOLAR

JOÃO PESSOA , MAIO DE 2011

Projeto Político Pedagógico – PPP, do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos de Ensino Médio – NEJAEM – UFPB.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE ENSINO MÉDIO

1 APRESENTAÇÃO	03
2 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA	03
3 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	04
4 ENSINO MÉDIO	05
5 MATRIZ CURRICULAR DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE ENSINO MÉDIO	06
6 PRESSUPORTES DE FUNDAÇÃO	07
7 AVALIAÇÃO DO ALUNO	07

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

JOÃO PESSOA – PB
ABRIL DE 2008

**Resolução – Conselho de Centro do Centro de Educação – COCCE –
Número 001/1997.**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CONSELHO DE CENTRO**

RESOLUÇÃO/COCCE/Nº 001/97.

ESTRUTURA E DÁ NORMAS PARA O FUNCIO-
NAMENTO DO NÚCLEO DE ENSINO SUPLETIVO
DO CENTRO DE EDUCAÇÃO.

O CONSELHO DE CENTRO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA OS TERMOS DO CONVÊNIO Nº 073/93, DE 20/04/1993, CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA E A UFPB/CE PARA CRIAÇÃO, NO CENTRO DE EDUCAÇÃO, DO NÚCLEO DE ENSINO SUPLETIVO DE EDUCAÇÃO BÁSICA (NES),

CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE DETERMINAR NORMAS PARA O BOM FUNCIONAMENTO DO NÚCLEO DE ENSINO SUPLETIVO DE EDUCAÇÃO BÁSICA (NES);

CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE COMPLEMENTAR E ADEQUAR O REGULAMENTO DE ESTUDOS SUPLETIVOS À ESTRUTURA E AO FUNCIONAMENTO ESPECÍFICO DO NES NO ÂMBITO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO.

R E S O L V E:

ART. 1º - O NÚCLEO DE ENSINO SUPLETIVO(NES), COM A FINALIDADE DE COMPLETAR, EM NÍVEIS DE EDUCAÇÃO BÁSICA, A ESCOLARIZAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS QUE NÃO CONSEGUIRAM REALIZÁ-LA NA IDADE PRÓPRIA, DESTINA-SE AO ATENDIMENTO DE:

- A) FUNCIONÁRIOS DA UFPB DO CAMPUS I EM ATÉ 40%(QUARENTA POR CENTO) DO TOTAL DE VAGAS SEMESTRAIS;
- B) FILHOS DE FUNCIONÁRIOS DO CAMPUS I DA UFPB EM ATÉ 20%(VINTE POR CENTO) DE SUAS VAGAS;
- C) FILHOS DE PROFESSORES DO CAMPUS I DA UFPB EM ATÉ 20%(VINTE POR CENTO) DE SUAS VAGAS;
- D) JOVENS, ADOLESCENTES E ADULTOS DAS COMUNIDADES DOS BAIRROS PERIFÉRICOS DO CAMPUS I: CASTELO BRANCO; BANCÁRIOS; ANATÓLIA; ÁGUA FRIA; FAVELA DO TIMBÓ;

Convênio número 073/1993 – Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba e a Universidade Federal da Paraíba por intermédio do Centro de Educação – CE.



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
PROCURADORIA JURÍDICA

CONVÊNIO Nº 073/93

TERMO DE CONVÊNIO QUE FAZEM ENTRE SI, A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DA PARAÍBA E A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA POR INTERMÉDIO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO, NA FORMA ABAIXO:

Aos 20 (VINTE) dias do mês de ABRIL do ano de mil novecentos e noventa e três (1993), na sala da Procuradoria Jurídica da Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba, localizada no Bloco I, 6º andar do Centro Administrativo do Estado, foi lavrado o presente Convênio, celebrado entre a Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba, representada por seu titular PROFº. SEBASTIÃO GUIMARAES VIEIRA, daqui por diante denominada SECRETARIA, e a Universidade Federal da Paraíba, representada pelo seu Reitor PROFº. NEROLDO PONTES DE AZEVEDO doravante denominada UFPB, tendo em vista o que consta do Processo nº , mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Convênio tem por objetivo estabelecer um regime de mútua cooperação entre os Convenientes com vistas a implantação do Núcleo de Ensino Supletivo de 1º e 2º Graus junto ao Centro de Educação da UFPB dos Programas e Projetos de Educação de Jovens e Adultos, para os servidores da UFPB e comunidade...

CLÁUSULA SEGUNDA - Para execução e cumprimento deste compromisso a Secretaria através da Coordenadoria de Educação de Jovens e Adultos, comprometer-se à:

- a) Designar professores, para prestarem serviços ao Núcleo;
- b) Indicar o nome do responsável pelos trabalhos de Coordenação do Núcleo;
- c) Prover o núcleo de material instrucional, permanente e de consumo, necessários ao desenvolvimento da ação;
- d) Programar, realizar reuniões periódicas, treinamentos, encontros, seminários para todos envolvidos no processo educativo, pertencentes ao núcleo;

fl-01

c/021/93

Lei 8.096, Art. 2º de 01 novembro de 2006. Regulamenta a Escola Estadual do Ensino Fundamental e Médio de Educação de Jovens e Adultos Professor Geraldo Lafayette Bezerra, como padrão B-1

